

Teologia Moral em renovação

Afigura-se irreversível e prometedor o surto de renovação que, desde há anos, invade a Igreja. Em boa hora o Concílio Vaticano II o acolheu e orientou decisivamente. Com o mesmo sentido realista e feição pastoral do Concílio e prescrutando os sinais do tempo, o verdadeiro discípulo de Cristo propõe-se levar a cabo vasta e profunda obra de renovação que lhe permita sentir mais de perto as alegrias e esperanças, as tristezas e angústias dos homens de hoje e colaborar mais eficazmente na construção do mundo e redenção da humanidade¹.

Interpretando a mensagem do Vaticano II, afirmava recentemente Paulo VI: «A promessa característica do Concílio parece ser a novidade, o despertar espiritual, o *aggiornamento*, o fácil e feliz ecumenismo, a expressão nova do cristianismo segundo as exigências dos nossos tempos, a reforma da vida e das leis da Igreja». Por outras palavras, o Concílio oferece à Igreja «um milagre de novidade, de juventude, de coragem, de alegria e de paz»².

Duas atitudes são possíveis em face da «novidade conciliar»: uma, de reserva e desconfiança; outra, de acolhimento e actuação. Só a atitude «favorável à novidade, à renovação da Igreja» (renovação «concebida em seus justos termos e segundo o 'bom espírito'») é verdadeiramente cristã e católica. De facto, à luz da fé, a renovação preconizada pelo Concílio deve considerar-se genuíno «convite» e prestimosa «ajuda» de Cristo para redescobrir e rejuvenescer a Igreja, aferi-la pelo Evangelho, proporcionar-lhe conhecimento mais profundo da própria natureza, despertar suas energias latentes, infundir-lhe íntimas certezas no desempenho de sua missão, inspirar-lhe novas formas de actuação, lançá-la em novos empreendimentos salvíficos no seio da humanidade, que precisa de sal e fermento, de fé, esperança e amor para viver da plenitude de Cristo e conseguir

¹ Cf. JOÃO XXIII, Constituição apostólica *Humanae salutis*, a convocar oficialmente o Concílio Vaticano II, de 25-12-1961; e Discurso de abertura do Concílio, de 11-10-1962; e, sobretudo, CONC. VATICANO II, Constit. *Gaudium et Spes*, n. 1 e 2 e conteúdo geral.

² PAULO VI, Alocução na audiência geral de 4-8-1971.

o bem-estar integral, temporal e eterno, a que é chamada, nos desígnios de Deus, a pessoa humana³.

Certamente, a obra de renovação não se processa sem riscos, sobressaltos, sofrimentos, tentações e até quedas. Donde, alguns perguntarem, angustiados: «Que faz a Igreja?». É ainda Paulo VI quem responde, fazendo-se eco dessa preocupação e testemunhando ao mesmo tempo ilimitada esperança e serena confiança: «A Igreja faz muitas coisas; está num período de intensa actividade. O Concílio despertou nela a consciência de sua vocação e, por consequência, a de novos deveres, de novas reformas, de novas actividades; e o Concílio, assim o esperamos, infundiu-lhe nova energia, novo impulso do Espírito Santo. É preciso louvar a Deus e reconhecer que a Igreja se encontra hoje num momento de intensa actividade. Sem triunfalismo algum, a Igreja estuda e repensa-se a si mesma, a Igreja ensina e renova a sua catequese e a sua teologia, a Igreja reza e reforma a sua liturgia, a Igreja aperfeiçoa e desenvolve as suas estruturas, cerra fileiras, aumenta a circulação interna de sua actividade, revê sua lei canónica, amplia sua área missionária, abre o diálogo com os irmãos separados, determina e vivifica sua posição no mundo, tanto dela hoje mais necessitado quanto mais secularizado e desenvolvido»⁴.

No que se refere à Teologia, os esforços e ensaios de renovação têm sido notáveis. Não raro, constituem seu objecto, ambiente e estímulo as tarefas que se acabam de enumerar. Ao lado de muitas obras subservientes da sensação e da superficialidade e fautoras de uma teologia delirante, outras, mui numerosas, se publicam que primam pela seriedade e profundidade, conciliando a fidelidade à tradição com o progresso doutrinal e honrando consequentemente o vital dinamismo da história da salvação⁵. O Concílio Vaticano II

³ *Id.*, Alocuções de 29-4-1970 e de 4-8-1971. Noutra alocução, na audiência geral de 18-11-1970, referindo-se à dimensão histórica e condição peregrina da Igreja, insiste na necessidade de sempre mais a descobrirmos: «O conceito verdadeiro, completo, da Igreja é tão profundo, complexo e compenetrado com os destinos de todos os homens e de toda a humanidade que jamais conseguiremos possuir seus termos adequados: sempre a deveremos descobrir».

⁴ *Id.*, Alocução na audiência geral de 29-4-1970. Sobre as ideias básicas e o campo de incidência da renovação, cf. G. MARTELET, *Les idées maitresses du Vatican II*, Paris 1966.

⁵ Sobre a renovação teológica em geral, podem conferir-se: Y. M. J. CONGAR, *Situation et tâches présentes de la théologie*, Paris 1967; J. MOLTSMANN, *Perspectiven der Theologie*, Mainz 1968; E. SCHILLEBEECKX, *Openbaring en Theologie*, Bilthoven 1965; R. LATOURELLE, *Théologie science du salut*, Bruges 1968; P. FANNON, *The changing face of theology*, Milwaukee (U. S. A.) 1969; VÁRIOS: *La théologie du renouveau*, Paris 1967; VÁRIOS: *Avenir de la théologie*, Paris 1968.

aproveitou e consignou em sínteses felizes os melhores elementos do património teológico, incluindo os da chamada «teologia nova» do após-guerra, e, com elas e seu espírito aberto e conciliador, inspirou e promoveu a continuidade da renovação sem entraves nem limites que não sejam os exigidos pela seriedade da obra a realizar⁶.

A necessidade de renovação urgia principalmente no campo da Teologia Moral enquanto ciência da vida e imediatamente orientada para a vida.

Como a existência do homem assume características diversas nas diferentes épocas da História, a Teologia Moral terá de formular-se como reflexão sobre as clássicas fontes da revelação, sem dúvida, mas dedicando também especial atenção aos sinais dos tempos e ao conhecimento que o homem tem de si mesmo, de modo a estar sempre em dia para adequadamente o servir⁷. Diz-se com razão: «O homem moderno quer uma moral moderna»⁸. Ou seja, para servir o homem de hoje, temos de elaborar uma moral nova. Nova, não no sentido de substancialmente diversa ou oposta à tradição global e sobretudo à mensagem evangélica de Cristo, mas sim porque inculca a novidade da vocação cristã e o ilimitado crescimento no amor, e ainda porque enriquecida, aperfeiçoada e adaptada ao homem contemporâneo, segundo as basilares orientações recentemente traçadas pelo Vaticano II⁹.

O Concílio não se limitou a confirmar os esforços de renovação anteriormente realizados: directa e indirectamente, favoreceu e ordenou a renovação da Teologia Moral. Podemos dizer que a decisão conciliar é remate de todos os esforços realizados anteriormente e significa o começo de nova época para a Teologia Moral.

⁶ Sobre as vicissitudes da «nova teologia» enquanto não definiu claramente os seus propósitos e revelou suficientemente os seus merecimentos, cf. G. M. ELBAROV, *Presenza della teologia. Saggio su una recente controversia alla luce dell'enciclica «Humani Generis»*, Padova 1954; e J. A. DE SOUSA, *A doutrina de G. Tyrrell sobre a revelação e os textos preparados para o Concílio Vaticano II*, em «Didaskalia» 1 (1971) 109 e s.

⁷ Cf. THEO BEEMER, *A interpretação da Teologia Moral*, em «Concilium» (1969, n. 5) 116-136. Na p. 120 s, observa: «Na medida em que a Teologia Moral pertence à ciência da Teologia, partilha dos problemas hermenêuticos da Teologia. Podemos assim descrever provisoriamente a sua forma particular de interpretação como a ciência da fiel interpretação da Escritura, da tradição dogmática, da lei natural e dos sinais dos tempos, em ordem a derivar destas fontes um entendimento da vontade de Deus como norma para a nossa conduta».

⁸ Cf. PAULO VI, Discurso na audiência geral de 7-10-1970; e nosso comentário a este discurso em «Didaskalia» 1(1971)167-172.

⁹ Cf. CONC. VATICANO II, Decreto *Optatum totius*, n. 16; e Constit. *Lumen Gentium*, n. 39-42. As orientações e injunções do Concílio no referido decreto conciliar serão objecto de mais longa reflexão no cap. II do presente trabalho. Sobre a ambiguidade etimológica e real da expressão «moral nova» ou «nova moral», cf. nosso comentário mencionado na nota anterior.

Também aqui o Vaticano II foi não só meta de chegada mas ponto de partida ¹⁰.

Para compreendermos o conteúdo e alcance das orientações e do mandato conciliares e ajuizarmos do caminho percorrido e do que falta ainda percorrer no campo da renovação, vamos traçar um breve quadro da situação em que a Teologia Moral se encontrava nas vésperas do Concílio Vaticano II, depois analisar as exigências e o contributo doutrinal e metodológico do Concílio para a renovação, e, finalmente, apreciar os rumos que a Teologia Moral está percorrendo, e sugerir as tarefas que ela se deve impor para servir adequadamente o povo de Deus e a causa do homem contemporâneo.

I

A Teologia Moral nas vésperas do Vaticano II

Génese, reinado e declínio da moral casuística

À espontaneidade da pregação moral de Cristo e dos Apóstolos, seguiram-se, por natural tendência do espírito humano e imposição das culturas espaço-temporais, elementares sistematizações teológicas dos escritores eclesiásticos, sobretudo dos grandes Padres da Igreja ¹¹. Porém, só na alta Idade-Média as sistematizações teológicas atingem o apogeu com as grandes sumas ¹². Entretanto, desde o princípio, segundo a fisionomia espiritual e a intenção pedagógica dos autores, essas sistematizações assumiram tonalidades diversas mais ou menos acentuadas: prevalentemente especulativas, umas; mais espiritualistas, outras; mais pastorais, ainda outras. Encon-

¹⁰ Cf. B. HAERING, *La Ley de Cristo*, I, Barcelona 1968, p. 76. Citamos esta edição por ser posterior ao Concílio.

¹¹ Dentre os escritores eclesiásticos da época patrística, lembremos TERTULIANO com os tratados morais: *Ad martires*, *De spectaculis*, *De cultu feminarum*, *De oratione*, *De poenitentia*, *Ad uxorem*, *De exhortatione castitatis*, *De monogamia*, *De virginibus velandis*, *De corona*, *De fuga in persecutione*, *De idolatria*, *De ieiunio adversus psychicos*, *De pudicitia*, *De pallio*. Dos Padres da Igreja, o mais notável é S. AGOSTINHO com as obras: *De agone christiano*, *De bono coniugali*, *De sancta virginitate*, *De bono viduitatis*, *De continentia*, *De mendacio*, *Contra mendacium*, *De patientia*, *Speculum*, *Enchiridion sive de fide, spe et caritate*.

¹² Principalmente, as de Alexandre de Hales, de S. Tomás de Aquino e de S. Boaventura de Bagnorea (*Breviloquium*).

tramos na História da Teologia Moral escritos de todos estes tipos ou com todas estas acentuações¹³.

Todavia, a partir do século XVII, impôs-se de tal maneira a tendência selectiva, não só à base de tonalidades mas também de conteúdos, que a Teologia sacrificou a unidade do seu objecto ao pluralismo das suas facetas, as quais, por sua vez, se arvoraram em objectos de outras tantas ciências teológicas. A Teologia Moral deixou de formar um todo com a Teologia Dogmática nas obras de Teologia Sistemática. Passando-se a cultivar estes dois ramos do saber teológico mais em paralelo que em complemento, cada um seguiu o seu rumo, praticamente como se foram ciências autónomas¹⁴.

Várias causas estiveram na origem da cisão. De lembrar aqui a normal evolução teológica expressa, nesta época, mais na quantidade que na qualidade das publicações, e também as orientações apologéticas (defesa da doutrina e disciplina católicas contra protestantes, jansenistas e quietistas), pastorais (sobretudo, as relativas à administração do sacramento da penitência) e pedagógicas (nomeadamente, as relativas à formação do clero) tanto do Concílio de Trento como do magistério hierárquico e teológico posteriores¹⁵.

João Azor († 1603) terá sido o primeiro sistematizador de uma teologia moral autónoma na linha da casuística imperante até às vésperas do Concílio Vaticano II¹⁶. Seleccionou determinados capítulos das grandes sumas gerais que mais directamente diziam respeito ao agir humano, ordenou-os cuidadosamente segundo os esquemas dos mandamentos de Deus e da Igreja, guindou ao nível de princípios os elementos doutrinários nucleares e plurivalentes, e à sua luz examinou os vários problemas ou casos que poderiam interessar os confessores na recta administração do sacramento da penitência, segundo a disciplina estabelecida no Concílio de Trento¹⁷.

¹³ Em nossa opinião, e a título de exemplo do que afirmamos no texto, a tonalidade especulativa será mais acentuada nos escritos de S. Tomás; a tonalidade espiritual, nos de S. Boaventura; a tonalidade pastoral, nos de S. Antonino de Florença e de S. Afonso Maria de Ligório. Em nenhum dos casos, porém, com prejuízo da seriedade científica.

¹⁴ Cf. S. PINCKAERS, *Le renouveau de la morale*, Tournai 1964, p. 27.

¹⁵ Cf. J. C. FORD-G. KELLY, *Problemas de Teologia moral contemporânea*, I, Santander 1962, p. 49; VÁRIOS, *Absolutes in moral theology?*, Washington 1968, p. 12ss; e B. HAERING, *La Ley de Cristo*, ut supra, p. 58s.

¹⁶ J. AZOR, *Institutiones morales*, 3 vols., Lugduni 1625.

¹⁷ Cf. B. HAERING, *La Ley de Cristo*, ut supra, p. 60; e S. PINCKAERS, o. cit., p. 28. A tendência definiu-se de tal modo na obra de P. LAYMANN, *Theologia moralis in quinque libros distributa*, Venetiis 1651, que alguns consideram este autor o verdadeiro pai da emancipação. Assim, J. MARTINEZ BALIRACH, *Estudios modernos de teología moral*, I, *Moral fundamental*, Santander 1963, p. 59.

Desde então proliferaram as *Institutiones*, as *Summae* e os *Compendia Theologiae Moralis* que, com pequenas alterações no método e conteúdo, muitos e famosos autores repetiram até às vésperas do Vaticano II, consistindo a principal originalidade em tomar posição no vasto campo das opiniões prováveis¹⁸. O expoente máximo desta concepção da Teologia Moral foi S. Afonso Maria de Ligório († 1787), a cuja autoridade teológico-pastoral o próprio magistério da Igreja remetia os sacerdotes, principalmente na resolução dos casos de consciência, e sob cujo patrocínio colocou os confessores e teólogos moralistas¹⁹.

Estes manuais situavam-se assim na linha das *Summae confessoriorum* dos séculos XIII a XVI²⁰, das *Collectiones canonum* dos séculos XI e XII²¹ e dos *Libri poenitentiales* dos séculos anteriores²²,

¹⁸ Nem a revisão dos estudos eclesiásticos prescrita pela constituição apostólica *Deus scientiarum Dominus*, de 24-4-1931, alterou substancialmente o rumo desta concepção. Aliás era difícil. Quase todos os compêndios adoptados nos centros de formação eclesiástica pertenciam a autores falecidos: J. P. Gury, P. Ballerini, P. Scavini, J. Buceroni, T. Bouquillon, A. Lehmkühl, E. Génicot, J. Aertnys, D. Pruemmer, H. Noldin, etc. Os seus beneméritos revisores limitaram-se a fazer aditamentos impostos pela evolução das ciências humanas e sociais e da disciplina eclesiástica, e a corrigir opiniões que se foram revelando obsoletas. A sistematização mais actualizada, e até certo ponto mais teológica, na linha da corrente tradicional, porém, segundo o esquema das virtudes, ficou a dever-se a M. ZALBA, *Theologiae moralis compendium*, 2 vols., Madrid 1958.

¹⁹ A obra mais célebre de S. Afonso Maria de Ligório é a *Theologia moralis* (4 vols. na edição de Roma 1905-1912). Porém, a personalidade e a competência do santo doutor, bem como o exímio serviço que prestou à Igreja na formação moral e espiritual dos fiéis, não se podem aquilatar devidamente só por esta, mas sim por todas as suas obras morais, espirituais e pastorais. Além da já citada, não devemos esquecer as seguintes: *Praxis confessorii ad bene excipiendas confessiones*, Romae 1912; e *Homo apostolicus instructus in sua vocatione ad audiendas confessiones*, Augustae Taurinorum 1890. Cf. B. HAERING, *La Ley de Cristo*, I, ut supra, pp. 62-64. Várias vezes a Sé Apostólica reconheceu publicamente a autoridade de S. Afonso nas questões de T. Moral. Cf. H. NOLDIN-G. HEINZEL, *Summa theologiae Moralis*, I, Oniponte 1960, n. 254s. A 26-4-1950, Pio XII nomeou S. Afonso celeste patrono dos confessores e teólogos moralistas. Cf. «A. A. S.» 44(1952)492; e B. HAERING, *Alfons von Liguori als Patron der Beichtväter und Moraltheologen*, em «Geist und Leben» 23(1950)376-379.

²⁰ Fora dos meios académicos, tiveram grande êxito várias sumas, por via de regra alfabeticamente ordenadas e intencionalmente redigidas para facilitar o ministério das confissões segundo as directivas do IV Concílio de Latrão de 1215. São estas as principais: S. RAIMUNDO DE PEÑAFORT, *Summa de poenitentia et matrimonio* (sec. XIII; cf. edição de Mogúncia 1618); ÂNGELO (JOÃO) DE CLAVASIO, *Summa angelica de casibus conscientialibus* (sec. XV; cf. ed. Venetiis 1569); S. ANTONINO DE FLORENÇA, *Summa theologiae moralis* (sec. XV; cf. ed. em 4 vols. Veronae 1740) e *Summa confessionalis* (cf. ed. Venetiis 1538); ASTESANUS ou FRANCISCUS ASTENSIS, *Summa Astesana* (sec. XIV; cf. ed. em 2 vols. Romae 1728); BARTOLOMEU FUMO, *Summa casuum conscientiae aurea armilla* (sec. XVI; cf. ed. Venetiis 1578); SILVESTRE PRIERIAS, *Summa summarum quae Sylvestrina dicitur* (sec. XVI; cf. ed. em 2 vols. Venetiis 1612); JOÃO CAGNAZZO DE TABIA, *Summa casuum conscientiae Tabiena* (sec. XVI; cf. ed. em 2 vols. Venetiis 1580); JOÃO BAPTISTA TROVAMALA, *Summa Rosella de casibus conscientiae* (sec. XV; Argentinae 1586).

²¹ Principalmente o *Decretum* (*Decreta* ou *Concordia discordantium canonum*) Gratiani e as *Decretales Gregorii IX*.

²² De vasta repercussão, entre os gregos, os *Libri poenitentiales* de Teodoro Estudita e Nicéforo de Constantinopla (cf. MIGNE, PG XCIX, 1721 ss; e C, 851 ss); entre os latinos,

pressupondo ou relegando a tradição mais rica representada pela Sagrada Escritura, pelas obras de muitos Padres e dos grandes teólogos da Idade-Média e da neo-escolástica²³.

Desconhecendo igualmente a orientação espiritualista, fortemente arraigada em toda a tradição cristã e notavelmente expressa tanto em comentários e sumas de global conteúdo teológico como em tratados especiais sobre determinados temas, a referida concepção condicionou o aparecimento da Teologia Espiritual como unidade independente e supletória da função nobilíssima declinada pela Teologia Moral: a de servir o homem na busca da perfeição cristã não só pela via dos preceitos mas também pela dos conselhos. Aliás, precatada contra os movimentos espiritualistas dos séculos XVI e XVII, designadamente contra o jansenismo e molinosismo, a Teologia Moral julgava servir melhor a causa da Igreja excluindo de seu campo toda a matéria de conselho, para ficar só com o indispensável e comum à vida cristã e salvação eterna. Tal orientação mais se firmou nas controvérsias do laxismo e rigorismo, consagrando-se em forma equilibrada, embora sempre no âmbito minimalista do lícito, obrigatório e suficiente, no sistema do probabilismo²⁴. De doutrina, ficavam nas obras de Teologia Moral alguns textos incisivos da S. Escritura e de S. Agostinho, aduzidos à maneira de

os de Rabano Mauro, de Teodoro de Cantuária, do Venerável Beda, de S. Columbano, de S. Egberto Eboracense e muitos outros. Cf. MIGNE, PL LXXXIX, 401ss; XCIX, 459 ss; CV, 693ss; CX, 467ss; CXXXVIII, 903ss. Cf. tb. G. LE BRAS, *Pénitentiels*, em *Dict. de Th. Cath.* XII, 1160-1179.

²³ Relativamente à neo-escolástica, devemos aqui evocar o benemérito contributo dos dominicanos da Universidade de Salamanca (sobretudo, Melchior Cano e Domingos Báñez) com seus comentários à Suma de S. Tomás, e do grupo de carmelitas descalços da mesma cidade, comumente designado por *Salmanticenses*, com seus *Cursus theologicus* (20 vols. na ed. Parisiis 1866) e *Cursus theologiae moralis* (6 vols. na ed. Venetiis 1721-1728), e dos jesuítas G. VASQUEZ, *Commentaria et disputationes in D. Thomam et opuscula moralia*, 9 vols. na ed. Lugduni 1630-1631; e F. SUÁREZ com toda a sua profunda e vastíssima obra teológica (cf. suas *Opera omnia*, 26 vols. na ed. Parisiis 1861).

²⁴ A proliferação dos chamados sistemas morais para formação da consciência (directamente dos pastores de almas, e através destes, dos fiéis) no diálogo da liberdade com a lei (rigorismo absoluto, rigorismo mitigado, probabiliorismo, equiprobabilismo, probabilismo, compensacionismo e laxismo) revela, por um lado, o sério empenho dos teólogos em inculcar a fidelidade à vocação cristã; mas, por outro, encerra perigo de confusão e desvirtuação da vida moral. Sem negar o fundo de verdade e o sentido prático dos sistemas, o cristão deverá confrontar-se com outros princípios e critérios de formação da consciência (por ex., com o Evangelho, com a lei interior do Espírito, com o testemunho vivo dos seus irmãos) para agir com rectidão e responsabilidade pessoais. O laxismo e o rigorismo absoluto foram, com razão, condenados pela Sé Apostólica nos pontificados de Alexandre VII e Inocêncio XI (o laxismo) e de Alexandre VIII (o rigorismo). Cf. DENZINGER-SCHOENMETZER, *Enchiridion symbolorum, definitionum et declarationum*, n. 2021-2065 e 2101-2167; e 2301-2332. O probabilismo, que afirma o direito de usar da liberdade contra a lei quando aquela se fundamenta em razão ou razões solidamente prováveis, foi o sistema moral mais seguido, por evitar não só os extremismos dos sistemas reprovados mas também a ambiguidade dos outros.

argumentos ou princípios, cujo valor provativo a moderna exegese e a hermenêutica histórica nem sempre confirmam, o sistema aristotélico e estoíco das virtudes, as ilações e aplicações dos autores eivadas de racionalismo e legalismo, e pouco mais. Reflexão e união verdadeiramente teológicas escasseavam ou não existiam²⁵.

Deste modo, a Teologia Moral ficou, desde a sua emancipação, caracterizada por índole marcadamente clerical (destinava-se aos confessores), casuística (sua função primordial era propor e resolver casos de consciência), racionalista (com vasto recheio do sistema aristotélico) e jurídica (com imenso espólio de leis eclesiásticas e civis)²⁶.

Tal concepção da Teologia Moral pretendeu ser uma resposta às necessidades do tempo e, sob este prisma, merece consideração e reconhecimento. Porém, no conjunto da Tradição, não representa a herança mais lídima e válida, nem pode ser resposta adequada para todos os tempos, e não o é certamente para os homens de hoje. As almas generosas nunca puderam reconfortar-se nas suas reservas exíguas, e, em geral, a cultura contemporânea sublinha outros valores que escapam a este tipo de Teologia Moral.

Tentativas de renovação no seio da Igreja Católica

Felizmente, aos poucos, generalizou-se a convicção de que tal enfoque da Teologia Moral não servia a comunidade dos fiéis nem era genuinamente evangélica e tradicional. Pressentia-se que a solidez do corpo da moral corrente não podia fechar-se a esta verdade: a perfeição é uma vocação, e não simples conselho, para todos; é um dom oferecido por Deus, que cria no homem a exigência e, portanto, uma obrigação intrínseca de resposta condizente. Uma vez suficientemente apreendida, esta doutrina encontraria o seu lugar mais natural num corpo de verdadeira Teologia Moral.

²⁵ Apesar de, na exposição da Teologia Moral, se adoptarem dois esquemas nominalmente diferentes — o das virtudes e o dos preceitos —, na realidade o conteúdo e a tonalidade das sistematizações eram idênticos. Os princípios da T. Moral eram pedidos mais à Ética filosófica que ao Evangelho, e os tratados de T. Moral Especial limitavam-se a apurar cuidadosamente as estritas obrigações contidas no decálogo da Lei de Deus, no pentálogo dos mandamentos da Igreja e no heptálogo dos sacramentos.

²⁶ Cf. I. ZEIGER, *De conditione theologiae moralis moderna*, em «Periodica de re morali canonica et liturgica» 28(1939)177-189; e J. C. FORD-G. KELLY, *o. cit.*, pp. 79-98.

Vamos recordar os passos mais significativos na caminhada de renovação operada no seio da Igreja católica até às vésperas do Vaticano II.

É conhecido o mérito da escola teológica de Tubinga na tarefa de animação e renovação da Teologia. Em seu grémio e com seu espírito, distinguiram-se, no cultivo da moral cristã, alguns eminentes teólogos. São de mencionar aqui FERNANDO PROBST († 1899) com a obra *Teologia Moral Católica*, em que se esforça por compaginar «o carácter positivo das precedentes obras de moral de índole estritamente teológica com o carácter de desenvolvimento orgânico e psicológico da vida moral conforme ao gosto moderno»²⁷; e FRANCISCO XAVIER LINSENMANN († 1898) com as *Investigações sobre a doutrina da lei e da liberdade*²⁸ e o *Manual de Teologia Moral*²⁹, onde tenta conjugar os métodos especulativo e prático na exposição dos temas morais, dando especial relevo aos problemas contemporâneos³⁰. A originalidade de Linsenmann arranca deste princípio aplicado à Teologia Moral: «Só pequena parte de nossos deveres está prescrita pela lei; perante nós estende-se vasto campo de livre realização moral»³¹.

Porém, os mais beneméritos iniciadores do movimento de renovação da Teologia Moral no século XIX, e ao mesmo tempo os precursores da acção desenvolvida posteriormente pela Escola de Tubinga, são Sailer e Hirsher.

JOÃO MIGUEL SAILER († 1832) revela a maturidade de seu pensamento teológico no *Manual de Moral Cristã* destinado não só aos pastores de almas mas também a todos os cristãos cultos³². Esta obra constitui uma síntese completa de doutrina da vida cristã, uma teologia do coração, com assomos de romantismo mui grato à mentalidade da época. «Para Sailer era inconcebível a peregrina ideia de que a Teologia Moral devia ocupar-se unicamente em assinalar as fronteiras do mínimo exigido ou permitido pela lei, como se a doutrina da vida perfeitamente cristã, conforme ao sermão da montanha, fosse património reservado da ascética. Igualmente

²⁷ F. PROBST, *Katholische Moralthologie*, 2 vols., Tübingen 1877. O texto citado encontra-se no vol. I, p. 125.

²⁸ Publicadas em «Theologische Quartalschrift» 53(1871) 64-114; 221-277; 54(1872)3-49; 193-254.

²⁹ F. X. LINSENMANN, *Lehrbuch der Moralthologie*, Freiburg 1878.

³⁰ Cf. B. HAERING, *La Ley de Cristo*, I, ut supra, p. 71.

³¹ Cf. referidas *Investigações* em «Theologische Quartalschrift» 54 (1872) 45.

³² J. M. SAILER, *Handbuch der christlichen Moral zunächst für künftige katholische Seelsorger und dann für jeden gebildeten Christen*, München 1917.

se empenha em apresentar uma descrição orgânica do ideal, e não, única ou principalmente, os diversos modos de realização próprios de algum estado particular ou dos diversos graus de seu desenvolvimento»³³.

JOÃO BAPTISTA HIRSCHER († 1865) escreveu uma *Moral cristã como realização do Reino de Deus na Humanidade*³⁴. Conforme o título sugere, a sua concepção da Teologia Moral centra-se sobre a ideia bíblica do Reino de Deus. Sem alcançar a profundidade de Sailer, supera-o «na vivacidade de observação psicológica, na maior actualidade e modernidade e na unidade de exposição sistemática»³⁵.

Ambos sentiam a necessidade de apresentar a Teologia Moral com a função primária de mostrar o ideal da vida cristã e o caminho da sua realização, «abandonando essa outra teologia moral casuística que se ocupa principalmente em assinalar os limites do pecado e que traz parágrafos inteiros de leis positivas transitórias, enquanto deixa na penumbra as leis eternas do ser e da vida cristã»; de a oferecer, ainda, «fundada sobre o Evangelho, em linguagem também mais próxima da evangélica e com método totalmente diverso do da jurisprudência», de modo que, sem menosprezo do direito canónico, se deslindasse o que a este pertencia e se apurasse «o genuíno espírito cristão, do qual poderiam depois inferir-se legitimamente todas as leis particulares»³⁶.

A ânsia de renovação acentuou-se a partir da segunda década do século XX, e assumiu a forma de sugestões e experiências felizes e, por vezes, de críticas severas.

ARTUR VERMEERSCH publicou em 1922 uma *Teologia Moral de princípios* (reflexões teológicas), *respostas* (soluções práticas de casos de consciência) e de *conselhos* (apelos à liberdade para a realização da perfeição cristã obrigatória para todos)³⁷. É uma obra ao mesmo tempo conciliadora e inovadora. A Teologia Moral aparece aí não só como ciência do bem e do mal, do lícito e do ilícito, mas também do bem e do melhor, da perfeição e da bem-aventurança

³³ B. HAERING, *La Ley de Cristo*, ut supra, p. 67.

³⁴ J. B. HIRSCHER, *Die christliche Moral als Lehre von der Verwirklichung des Reiches Gottes*, Tübingen 1835.

³⁵ B. HAERING, *La Ley de Cristo*, ut supra, p. 68, onde lamenta, por outro lado, que Hirscher haja conhecido mal as grandes concepções morais dos teólogos da escolástica e se tenha excedido na oposição ao método da neo-escolástica.

³⁶ B. HAERING, *La Ley de Cristo*, ut supra, p. 66.

³⁷ A. VERMEERSCH, *Theologiae Moralis principia, responsa, consilia* (3 vols. na 2.ª ed. Parisii-Brugis 1926-1928).

referidas à pessoa de Cristo³⁸. De facto, segundo Vermeersch, «a Teologia Moral deve inculcar o amor ao bem; não a um bem abstracto, mas ao bem que se identifica com a Pessoa divina de Jesus Cristo»³⁹. Não obstante a estranheza e oposição de alguns⁴⁰, e sem conseguir alterar o rumo tradicional literalmente fiel a S. Afonso M. de Ligório⁴¹, a iniciativa de Vermeersch foi saudada com entusiasmo⁴², louvada por Pio XI⁴³, e semeou inconformismo na geração posterior de teólogos moralistas⁴⁴.

Poucos anos depois, OTTO SCHILLING pretende restituir à caridade o lugar que lhe compete na Teologia Moral, correspondente ao papel que desempenha na assimilação e união com Deus, que a mesma Teologia Moral tem por missão incentivar⁴⁵.

FRITZ TILLMANN, teólogo exegeta e moralista, propõe, quase logo a seguir, a Teologia Moral como ciência da imitação de Cristo, ou seja, da resposta à vocação que, em perspectiva bíblica, Deus a todos dirige em Cristo⁴⁶.

Três anos mais tarde, ÉMILE MERSCH divulga uma teologia moral do corpo místico ou do cristão inserido em Cristo e em comunhão com todos os membros do Seu corpo que é a Igreja⁴⁷.

³⁸ *Id.*, o. cit., pp. V-VI (prefácio da 1.ª ed., de 1922, onde revela as suas perspectivas e intenções).

³⁹ *Id.*, *Soixante ans de Théologie morale*, em «Nouvelle Revue Théologique» 56 (1929) 880.

⁴⁰ Por ex., um certo autor sob o pseudónimo de «EPISCOPUS», *Disinfecting Moral Theology*, em «American Ecclesiastical Review» 70 (1924) 187-189, a propósito da obra de Vermeersch, protestava contra a introdução do que considerava elementos de Ascética em Teologia Moral.

⁴¹ Esta concepção traduzia-se na análise minuciosa das estritas obrigações morais (muitas, aliás, e grande parte delas derivadas de múltiplas leis humanas) segundo o esquema dos mandamentos. Cf., entretanto, o que acima dissemos nas notas 18 e 24.

⁴² Assim TH. SLATER, *The Confessor's Standard of Morality*, em «American Ecclesiastical Review» 68(1923)38-43.

⁴³ Cf. a carta do Secretário de Estado Card. Gasparri, em nome de Pio XI, de 4-2-1925, ap. A. VERMEERSCH, *Theologiae moralis principia...*, 2.ª ed., ut supra, pp. III-IV; e Pio XI, *Ex sermone post disputationem Theologiae moralis coram SS.mo Pontificia Universitate Gregoriana habitam*, a 20-3-1926, em «Enchiridion Clericorum», Roma 1938, n. 1451.

⁴⁴ Cf. I. ZEIGER, *De conditione theologiae moralis moderna*, em «Periodica de re morali canonica et liturgica» 28(1939)177-189; M. ZALBA, *Inquietudes metodológicas en teología moral*, em «Arbor» (1955) 1-19, e *Exposición de la moral cristiana*, em «Estudios Eclesiásticos» 29 (1955) 65-80; e J. C. FORD-G. KELLY, *Problemas de teología moral contemporánea*, I, Santander 1962, p. 64ss.

⁴⁵ O. SCHILLING, *Handbuch der Moralthologie*, Stuttgart 1952 (1.ª ed. em 1928). A propósito da tese de Schilling, cf. J. FUCHS, *Die Liebe als Aufbauprinzip der Moralthologie*, em «Scholastik» 29 (1954)79-87.

⁴⁶ F. TILLMANN, *Handbuch der katholischen Sittenlehre*, 4 vols., Düsseldorf 1953 (a 1.ª ed. começou a ser publicada em 1934); e *Der Meister ruft. Eine Laienmoral für gläubige Christen*, Düsseldorf 1937.

⁴⁷ E. MERSCH, *Morale et corps mystique*, Paris 1949, (1.ª ed. de 1937). Sobre a T. Moral nesta perspectiva, cf. tb. C. NOPPEL, *Aedificatio corporis Christi. Aufriss der Pastoral*, Freiburg 1949 (1.ª ed. em 1936); e F. JURGENMEIER, *Der mystische Leib Christi als Grundprinzip der Aszetik*, Paderborn 1938 (1.ª ed. em 1933).

Entrando na década de quarenta, GUSTAVO THILS, atento aos problemas do homem moderno e ao sentido teológico das realidades terrestres⁴⁸, reclama uma teologia moral cristocêntrica e personalista, mais concreta e dinamizadora, mais formativa do coração e da liberdade do homem⁴⁹.

JACQUES LECLERQ publica várias obras sobre temas especiais de moral e espiritualidade⁵⁰ e, em 1950, desfere acerba crítica aos textos de Teologia Moral e de leitura espiritual adoptados nos seminários, considerando-os pouco evangélicos, desfazados da mentalidade moderna e alheados dos grandes centros de interesse do homem contemporâneo e dos valores dispersos noutras comunidades e pessoas menos praticantes e até não-católicas⁵¹.

GUSTAVO ERMECKE propõe um método de síntese (ao mesmo tempo positivo, metafísico, ascético-místico e casuístico) e um novo esquema de exposição da Teologia Moral. Segundo ele, a Moral Geral ocupar-se-ia da nova vida, do novo amor e da nova lei de Cristo; à Especial competiria explanar a doutrina moral cristã dos estados de vida, das obrigações para com Deus, a Igreja e as demais comunidades, e dos diversos meios (psicológicos, pedagógicos, sociológicos e espirituais) que interferem no crescimento da vida do discípulo de Cristo⁵².

GERARDO GILLEMEN opina que a moral se deve aproximar do dogma e defende o primado da caridade em Teologia Moral, uma vez que ela é o princípio essencial e insubstituível da vida e actuação especificamente cristãs⁵³.

FILIPE DELHAYE insiste nas críticas e propostas anteriores, considerando alguns tratados da moral corrente clamorosamente anacrónicos (por exemplo, o da virtude da religião), esvaziados de conteúdo,

⁴⁸ G. THILS, *Théologie des réalités terrestres*, 2 vols., Bruges 1946 e 1949.

⁴⁹ *Id.*, *Tendances actuelles en théologie morale*, Gembloux 1940.

⁵⁰ São numerosas as obras de J. Leclerq que têm por objecto problemas morais desenvolvidos em perspectiva muito actual. Algumas delas encontram-se traduzidas em várias línguas, incluindo o português. Distinguímos as seguintes: *Essais de morale catholique* (I, *Le retour à Jésus*; II, *Le dépouillement*; III, *Vie intérieure*; IV, *La vie en ordre*); *Dialogue de l'homme et de Dieu*; *La vocation religieuse*; *Le prêtre devant Dieu et devant les hommes*; *Le mariage chrétien*; *Mariage naturel et mariage chrétien*; *La femme aujourd'hui et demain*; *Valeurs chrétiennes*; *Vivre chrétiennement notre temps*; *Culture et personne*; *La révolution de l'homme au XX^e siècle*; *Saisir la vie à pleines mains*; *Leçons de droit naturel*, 5 vols.; *Penser chrétiennement notre temps*; *Vocation du chrétien*; *Le chrétien devant l'argent*; *Le chrétien devant la planétarisation du monde*.

⁵¹ J. LECLERQ, *L'enseignement de la morale chrétienne*, Paris 1950. Cf. as controvérsias suscitadas por esta obra em J. C. FORD-G. KELLY, *o. cit.*, p. 55-61.

⁵² G. ERMECKE, *Die katholische Moralthologie heute*, em «Theologie und Glaube» 41 (1951) 127-142.

⁵³ G. GILLEMEN, *Le primat de la charité en théologie morale*, Paris 1952.

deslocados (como o da caridade) e cerrados ao contributo das ciências modernas para o recto conhecimento do homem (assim, vários capítulos da Moral Geral). Pensa que a moral cristã, para cumprir a sua missão, tem de se actualizar, ser mais bíblica e patristica, mais doutrinal e incisiva, mais querigmática e eclesial, e menos racionalista e casuística, e nunca um «moralismo»⁵⁴.

SERVAIS PINCKAERS, valendo-se da experiência realizada noutros campos da Teologia, advoga o uso do método histórico em Teologia Moral e propõe-se elaborar, à luz de S. Tomás, uma moral da amizade, que substitua com vantagem a moral da obrigação, incapaz de satisfazer o homem moderno⁵⁵.

A sistematização mais completa e feliz na linha de todas estas aspirações, críticas, sugestões e tentativas de renovação deve-se, na década de cinquenta, a BERNARDO HAERING com a célebre obra intitulada *A Lei de Cristo*, cujo esquema, método e conteúdo mereceram não apenas bom acolhimento geral como também implícita confirmação do Concílio Vaticano II. Por isso, a ela voltaremos mais adiante⁵⁶.

A «nova moral» e a «moral sem pecado»

Ao mesmo tempo que, no âmbito da reflexão teológica e na sequência e sob o impulso encorajante dos movimentos bíblico, patristico, litúrgico e pastoral, se faziam estas experiências e propostas de renovação, provinham de outras esferas da cultura contemporânea, nomeadamente das ciências humanas, preciosos elementos

⁵⁴ PH. DELHAYE, *La théologie morale d'hier et d'aujourd'hui*, em «Revue des Sciences Religieuses» 27(1953)112-130; e *Morale et moralisme*, em «Supplément de la Vie Spirituelle» 17(1964)243-271. Para além destes ensaios críticos, o autor com razão é considerado um dos beneméritos renovadores da Teologia Moral, tendo publicado várias obras, entre as quais distinguimos: *Pierre Lombard, sa vie, ses oeuvres, sa morale*, Paris 1961; *Rencontre de Dieu et de l'homme*, I, *Vertus théologiques en général*, Tournai 1957; *La charité reine des vertus. Heurs et malheurs d'un thème classique*, em «Supplément de la Vie Spirituelle» 41(1957) 135-171; *La conscience morale du chrétien*, Tournai 1964; *Permanence du droit naturel*, Louvain 1960; *Le décalogue et sa place dans la morale chrétienne*, Bruxelles 1963; *Le dialogue de l'Église et du monde d'après Gaudium et Spes! Schéma XIII*, Gembloux 1967.

⁵⁵ S. PINCKAERS, *The revival of Moral Theology*, em «Cross Currents» 7(1957)56-67. Este e outros trabalhos encontram-se integrados na sua obra posterior e mais ampla *Le renouveau de la morale*, Tournai 1964. Com a mesma orientação, embora não declarada, se devem mencionar os valiosos trabalhos de O. LOTTIN: *Psychologie et morale aux XII.^e et XIII.^e siècles*, 6 vols., Gembloux 1948-1958; *Principes de morale*, 2 vols., Louvain 1947; *Morale fondamentale*, Tournai 1954; *Aux sources de notre grandeur morale*, Louvain 1946; *L'âme du culte. La vertu de religion d'après S. Thomas d'Aquin*, Louvain 1920.

⁵⁶ B. HAERING, *Das Gesetz Christi*, Freiburg 1954. Cf. adiante, p. 296 e ss.

de confirmação e ilustração das posições teológicas alcançadas. Porém, juntamente com os elementos válidos, outros se infiltraram, com rótulos sugestivos de doutrinas novas e sensacionais, claramente errôneas ou, pelo menos, fundadamente suspeitas, que encontraram fácil audiência em alguns autores católicos. Referimo-nos concretamente à «ética de situação» ou «nova moral» e à «moral sem pecado».

Enumeram-se como fontes próximas e verdadeiramente decisivas da chamada «ética de situação»⁵⁷ o existencialismo radical, a teologia protestante e o pessimismo de muitos contemporâneos em face de dificuldades concretas aparentemente insolúveis⁵⁸.

Segundo o *existencialismo radical*, a natureza humana não tem carácter normativo. A norma suprema é a existência pessoal, actualidade pura, criadora e realizadora da personalidade em decisões totalmente livres. O ser e a consciência constituem, quando muito, o quadro em que se move a existência. O homem existe em situação e cada situação é um apelo à liberdade criadora, à decisão pessoal, em vista da realização do *eu*. Os existencialistas que admitem Deus não O esquecem na situação. A vontade, a lei de Deus será de respeitar na situação, mas só quanto possível, pois Deus não impõe ao homem nenhuma obrigação absoluta. O existencialismo ateu,

⁵⁷ Na sequência da «teologia nova» (expressão que se atribue a Garrigou-Lagrange para designar, com sentido pejorativo, a tendência de alguns teólogos, a partir da década de 40, de reflectir a Palavra de Deus em função directa das interrogações dos homens, tornando portanto a Teologia mais atenta à existência e historicidade do homem), apareceu a chamada «moral nova» ou «nova moral», designada também «ética de situação», «existencialismo ético», «ética da pessoa», «moral da circunstância», «ética do presente», «ética do espírito», «ética da liberdade», «ética do sujeito», «actualismo ético», em contraposição com a moral correntemente ensinada e que alguns denominavam de «moral velha», «moral tradicional», «ética do objecto», «ética da letra», «moral da escravidão», «moral da essência». O clima de tensão em que a tendência se definiu, as atitudes polémicas de parte e parte e os exageros manifestos de alguns fautores da corrente «moral nova» levou o magistério da Igreja a tomar posição: Pio XII denunciou os seus erros e perigos e o Santo Ofício proibiu o seu ensinamento e divulgação, como mais adiante referimos. É abundante a bibliografia sobre a «ética de situação». Citaremos a que vier a propósito neste trabalho, quer se trate de obras dos fautores da nova corrente, quer das que a julgam com simpatia ou hostilidade. Para o nome e conceito de «ética de situação», cf. J. GOFFINET, *Morale de situation et morale chrétienne*, Bruxelles 1963; A. PEREGO, *L'etica della situazione*, Roma 1958; D. VON HILDEBRAND, *Wahre sittlichkeit und Situationsethik*, Düsseldorf 1957; J. FUCHS, *Morale théologique et morale de situation*, em «Nouvelle Revue Théologique» 76 (1954) 1073-1085; e *Éthique objective et morale de situation. A propos de l'Instruction du S. Office du 2.2.1956*, em «Nouv. Rev. Th.» 78(1956) 798-818; F. X. HUERTH: *De conscientia christiana atque de «moralis nova»*, em «Periodica de re morali canonica et liturgica» 41(1952)183-249; e *Instructio S. Officii... Annotationes*, ib. 45(1956)138-204; J. M. LE BLOND: *Morale et situation*, em «Études» 292(1957)238-256; P. LUMBRERAS, *Ethica situationis et doctrina Aquinatis*, em «Angelicum» 35(1958)139-158; I. LEPP, *La morale nouvelle*, Paris 1963.

⁵⁸ Como fontes remotas ou tendências similares anteriores, podemos evocar o nominalismo, o positivismo jurídico e correspondente ética legalista, formalista e extrínseca, que exalta ambigüamente a vontade do homem e a força da lei, de modo a escravizar a pessoa e fomentar um moralismo burguês ou uma moral de aparências. Cf. B. HAERING, *La Ley de Cristo*, ut supra, pp. 350-353.

como é natural, nem sequer este papel secundário atribui à lei ou vontade divina. A liberdade em situação constitui a única norma de agir, o factor exclusivo de realização pessoal⁵⁹.

A teologia protestante, sobretudo a cultivada na Alemanha, e designadamente o pensamento de Karl Barth e Emil Brunner, teve influência ainda mais decisiva na formulação da moral de situação extremista⁶⁰. Em dois pontos se pode resumir a tese protestante: A única e verdadeira norma do agir moral é a palavra ou o mandamento de Deus apreendido pelo crente sob a acção do Espírito Santo; quaisquer outras normas ou critérios de acção, mesmo a lei natural, não podem reivindicar o valor absoluto que lhes confere a doutrina católica⁶¹.

J. A. T. Robinson, bispo anglicano de Woolwich, adepto de «uma revolução na moral», propôs recentemente, em perspectiva pastoral e até certo ponto ecuménica, as linhas básicas da «nova moral», enumerando ao mesmo tempo os defeitos da «velha moral tradicional», que, em seu entender, assume «consistência monolítica» na Igreja Católica, mas vigora igualmente na Protestante⁶².

⁵⁹ Cf. J. P. SARTRE, *La nausée*, Paris 1938; e *L'existencialisme est un humanisme*, Paris 1946; S. DE BEAUVOIR, *Pour une morale de l'ambiguïté*, Paris 1947; e *Mémoires d'une jeune fille rangée*, Paris 1958; e K. JASPERS, *Psychologie der Weltanschauungen*, Berlin 1919. Cf. tb. a síntese e valoração da ética de situação radical destes e doutros pensadores em J. GOFFINET, *Morale de situation et morale chrétienne* Bruxelles 1963, pp. 9-14; e E. SCHILLEBEECKX, *A ética de situação*, em *A redescoberta do homem*, Petrópolis 1970, pp. 145-171.

⁶⁰ Cf. K. BARTH, *Die kirchliche Dogmatik*, 4 vols., München-Zürich 1932-1955, sobretudo o II vol., tom. 2, e o III, tom. 4; E. BRUNNER, *Das Gebot und die Ordnungen. Entwurf einer protestantisch-theologischen Ethik*, Tübingen 1932; e, sobre o pensamento de Barth, H. BOUILLARD, *Karl Barth, II, Parole de Dieu et existence humaine*, Paris 1957; sobre o de Brunner, L. MALAVEZ, *La pensée d'Émil Brunner sur l'homme et le péché. Son conflit avec la pensée de K. Barth*, em «Recherches de Sciences Religieuses» (1947)407-443; sobre o de ambos, J. GOFFINET, *o. cit.*, pp. 14-29.

⁶¹ J. GOFFINET, *o. cit.*, p. 15. O filósofo alemão E. Grisebach, com sua «ética do presente» e manifesta hostilidade contra os dogmas éticos e ideologias sistematizadas, é considerado pai da ética de situação extremista. Cf. sua obra *Gegenwart. Eine kritische Ethik*, Halle 1928. Cf. tb. A. PEREGO, *L'etica della situazione*, Roma 1958, pp. 18-60.

⁶² J. A. T. ROBINSON, *Um Deus diferente. Honest to God*, Lisboa 1967; e *La moral cristiana hoy*, Madrid 1967. Original inglês de ambas as obras, de 1963. Na primeira, cap. VI consagrado à «nova moral», pp. 136s, declara: «Mas não há nenhuma necessidade de provar que se requeira uma revolução na moral. Já há muito que rebentou; e não é uma 'revolução contra vontade'. O vento da mudança aqui transformou-se em vendaval». E, mais adiante, p. 145, insiste: «A revolução operada no campo da ética para passar do supranaturalismo ao naturalismo, da heteronomia à autonomia, tem sido um facto há tanto tempo que não se torna necessário alongarmo-nos sobre o assunto». Na segunda obra, em tom mais conciliador, esclarece, p. 25: «Interessa-me sobretudo a maneira que nesta conjuntura se realize verdadeiro intento de mútua compreensão e diálogo. Porque julgo que a 'antiga' e a 'nova' moral (seja qual for o sentido em que me interesse defender esta última) correspondem a dois pontos de arranque, a duas atitudes frente a certas polaridades perenes da moral cristã, que não são antitéticas mas complementares. Cada uma delas parte de um ponto sem negar o outro; porém, cada uma tende a desconfiar que a outra abandona o que ela considera como o mais vital, por chegar a esta

Segundo ele, a «moral tradicional», que denomina também de «supranaturalista» e considera pouco antropológica e realista, enferma de imobilismo, absolutismo, objectivismo, sancionismo, extrinsecismo e formalismo. Consequentemente, «deforma sèriamente o ensino de Jesus»⁶³. Para Robinson, «os preceitos morais de Jesus não são para se entender legalisticamente, prescrevendo o que todos os cristãos devem fazer sejam quais forem as circunstâncias, e ditando certas maneiras de proceder, universalmente boas e outras universalmente más. Não constituem um código legislativo, estabelecendo o que o amor exige sempre de cada um: são exemplos, ilustrações do que o amor pode requerer de qualquer pessoa em qualquer momento»⁶⁴. Ainda segundo Robinson: «Viver em Cristo Jesus, no novo ser, no Espírito, significa não ter absolutos senão o Seu amor, estar totalmente disponível nos outros aspectos, mas totalmente empenhado neste. E esta abertura total ao amor do *outro* por causa dele é também o único absoluto para os não-cristãos... Podem não reconhecer a Cristo no *outro*, no próximo, mas, na medida em que responderam aos apelos do incondicional no amor, foi a Cristo que responderam — porque Ele é a *profundidade* do amor. A moral cristã não é reservada meramente aos cristãos, menos ainda só aos religiosos. O apelo de Cristo pode chegar aos outros, incógnito, como na verdade se apresenta muitas vezes aos cristãos: mas, visto que procede de dentro de nós, do fundo pessoal de nosso próprio ser, não nos chega como algo de estranho. Não é heterónimo nem autónomo — mas teónimo»⁶⁵.

meta partindo do outro extremo. Inevitavelmente, em toda a genuína dialética, uma entrará como correctivo da outra e numa época determinada ou para uma pessoa particular, a primeira pode parecer a exclusão da segunda. Ao intentar compreender o que, em minha opinião, a '*nova moral*' pretende dizer, não vou ridicularizar ou negar a '*antiga*'; tudo o que peço, em compensação, é simpatia e compreensão semelhantes. Desejo igualmente pedir a seus detractores que confiem em que o motivo da '*nova moral*' não é tranquila concessão ao espírito da época, mas idêntico e apaixonado amor à verdade e integridade do cristianismo. Pois, enquanto não se aceitar isto e se chegar a esta confiança, não pode haver progresso algum».

⁶³ *Id.*, *Um Deus diferente. Honest to God*, p. 141, onde tb. resume a tese do valor universal das normas éticas do Novo Testamento segundo a «moral antiga» neste termos: «O 'ensino claro de Nosso Senhor' serve de pretexto para afirmar que Jesus estabeleceu certos preceitos universalmente obrigatórios. Certas coisas sempre foram boas, outras sempre foram más — e isto para todos os homens e em toda a parte».

⁶⁴ *Id.*, *o. cit.*, p. 142. P. 151s, acrescenta: «Nada pode, em si mesmo, ser sempre qualificado de 'mau'... O único mal intrínseco é a falta de amor». Em *La moral cristiana hoy*, p. 31, precisa: «A única afirmação absoluta na moral cristã é o mandamento do Amor: todos os demais dependem dele e são explicação ou aplicação sua». Cf. adiante, p. 308 e ss., algumas reflexões sobre o valor real e ecuménico desta tese.

⁶⁵ *Id.*, *Um Deus diferente. Honest to God*, p. 147.

Quanto ao *pessimismo* resultante de hodiernas dificuldades (múltiplas e patentes no período da guerra e do após-guerra), em vez de se tentar vencer com humilde confiança e denodado esforço, aceita-se como princípio de acção e argumento para generalizado indiferentismo moral. Discorre-se, por exemplo, nestes termos: Se sossobram as estruturas mais sólidas e alastra a desordem moral, é porque as leis morais não são eficazmente normativas nem, portanto, merecem confiança; aliás, o contexto sociológico, cultural, económico e humano evoluiu de tal maneira que se tornou impossível o cumprimento das antigas leis morais. Por outras palavras, é muito difícil conhecer o bem, e ainda mais difícil realizá-lo. Donde, duas vias de solução: ou abraçar a «ética de situação» que permite ignorar a lei e resolver as dificuldades com base apenas na intenção recta à face da consciência e da situação; ou professar a «mística do pecado»: em vez de renegar-se a norma objectiva e furtar-se às responsabilidades perante a lei, considera-se o pecado como necessidade na presente condição humana e abandona-se exclusivamente a Deus a salvação do homem⁶⁶.

A «moral sem pecado» surgiu no reduto das modernas ciências humanas, designadamente da Psicanálise. Considera o pecado não como falta moral, mas como necessidade, debilidade ou mito. Por consequência, o sentimento de culpabilidade, que é raiz e fruto de muitos complexos e neuroses, deverá superar-se, não pelo recurso à conversão e penitência sacramental, mas pela firme convicção de que o pecado teológico não existe, nem prática nem teórica-mente⁶⁷.

A ânsia de renovação, concretizada em vários ensaios e propostas no seio da Igreja católica, constituía óptimo terreno para acolher esforços similares desenvolvidos noutras esferas. Além disso, a sensibilidade para os valores total ou parcialmente cultivados pelos homens de boa vontade, e até pelos perseguidores da Igreja, apurou-se notavelmente nas últimas décadas. Não admira, pois, que a «moral de situação» e a «moral sem pecado» conquistassem adeptos entre os católicos. Em geral, somente se aceitaram os valores parciais ou as parcelas de verdade que continham e adiante sublinharemos⁶⁸.

⁶⁶ Cf. J. GOFFINET, *Morale de situation et morale chrétienne*, pp. 29-34.

⁶⁷ Na esteira de Freud, o mais decidido e influente defensor da «moral sem pecado» terá sido o psiquiatra francês A. Hesnard com suas obras *L'univers morbide de la faute*, Paris 1949, *Manuel de Sexologie normale et pathologique*, Paris 1951, e *Morale sans pèché*, Paris 1954.

⁶⁸ Cf. p. 305 e ss.

Houve, porém, autores católicos que acolheram ou cultivaram essas ideologias e teses em perspectivas julgadas claramente ofensivas da moral cristã proposta e vivida na Igreja Católica⁶⁹. Pio XII, em radiomensagem de 23 de Março de 1952 sobre a recta formação da consciência dos jovens e no discurso de 18 de Abril do mesmo ano, denunciou a «moral nova» que «não se baseia sobre leis universais, como por exemplo, sobre os dez mandamentos, mas sim sobre as condições ou circunstâncias reais e concretas em que se deve agir e segundo as quais a consciência individual deve julgar»; portanto, a moral que exalta de tal modo o papel da consciência e da liberdade em face das situações, e ainda o valor da sinceridade e da recta intenção, que nega explícita ou implicitamente a existência de outros princípios e critérios de acção e a necessidade ou o interesse das boas obras⁷⁰. Alguns anos depois, a Congregação para a Doutrina da Fé (nessa altura, Santo Ofício), em Instrução de 2 de Fevereiro de 1956, proibia que a «moral nova» denunciada por Pio XII se ensinasse ou aprovasse nos centros de ensino e formação da Igreja ou se divulgasse por qualquer meio de comunicação social⁷¹.

Também mereceram reprovação da Sé Apostólica as obras que preconizavam abertamente a «moral sem pecado»⁷² ou pareciam acatar alguns dos seus axiomas⁷³.

⁶⁹ O exemplo típico é Ernesto Michel com sua «ética do encontro com Deus» exposta e aplicada em diversas obras: *Der Partner Gottes. Weisungen zum christlichen Selbstverständnis*, Heidelberg 1946; *Renovatio. Zur Zwiesprache zwischen Kirche und Welt*, Stuttgart 1947; *Rettung und Erneuerung des personalen Lebens*, Frankfurt a. M. 1951; *Gläubige Existenz*, Heidelberg 1952; e, sobretudo, *Ehe. Eine Anthropologie der Geschlechtsgemeinschaft*, Stuttgart 1948, que foi posta no *Index* (cf. «A. A. S.» 44(1952)879).

⁷⁰ Cf. Pio XII, Radiomensagem sobre a recta formação da consciência cristã da juventude, de 23-3-1952, em «A. A. S.» 44(1952)270-278; e alocução às delegadas do congresso internacional da «Fédération Mondiale des Jeunes Catholiques», de 18-4-1952, em «A. A. S.» 44(1952) 413-419.

⁷¹ Cf. *Instructio... Congregationis S. Officii*, de 2-2-1956, em «A. A. S.» 48(1956) 144-145.

⁷² Assim, as três obras de A. Hesnard mencionadas acima, na nota 67, foram simultaneamente postas no *Index* (cf. «A. A. S.» 48 (1956) 95).

⁷³ Foi o que sucedeu com a obra de M. ORAISON, *Vie chrétienne et problèmes de la sexualité*, Paris 1952, incluída no *Index* por exagerar a extensão do conceito «voluntarium imperfectum», restringir a liberdade da vontade de execução, acentuar demasiadamente a distinção entre os aspectos subjectivo e objectivo da obrigação da lei moral, e, consequentemente, proferir afirmações confusas sobre a responsabilidade humana, designadamente no campo da sexualidade. Cf. *L'Osservatore Romano* de 7-1-1955; e «A. A. S.» 47(1955) 46 e 89.

II

A Teologia Moral e o Vaticano II

A ordem e as coordenadas da renovação

Apesar de o Concílio Vaticano II não tratar expressa e formalmente de todos os temas que, em Teologia, se costumam reservar à Teologia Moral, devemos dizer que contribuiu decisivamente para a renovação desta disciplina.⁷⁴

Todo o seu espírito e feição pastoral constituem já veemente apelo à renovação. Entre os numerosos documentos promulgados, alguns há que interessam directamente, embora não em exclusivo, ao teólogo moralista. Distinguímos os decretos *Optatam totius* (sobre a formação sacerdotal), *Perfectae caritatis* (sobre a adequada renovação da vida religiosa), *Apostolicam actuositatem* (sobre o apostolado dos leigos), *Ad gentes* (sobre a actividade missionária da Igreja) e *Inter mirifica* (sobre os meios de comunicação social); as declarações *Dignitatis humanae* (sobre a liberdade religiosa) e *Gravissimum educationis* (sobre a educação cristã da juventude); e as constituições *Lumen Gentium* (sobre a Igreja), *Sacrosanctum Concilium* (sobre a Liturgia) e *Gaudium et Spes* (sobre a presença e actuação da Igreja no mundo contemporâneo). O conteúdo deste último documento pode considerar-se a nova matéria da Teologia Moral⁷⁵. Além disso, o Concílio realça sistematicamente as incidências vitais do mistério cristão, sugere um novo estilo, mais vivo e querigmático, de formulação da mensagem evangélica, e recomenda aos teólogos a colaboração

⁷⁴ Cf. as opiniões de Congar e de Haering ap. M. VIDAL, *Nuevos enfoques y orientaciones en la Moral em Moral y hombre nuevo. Congreso de Teología Moral. Madrid 1969*, Madrid 1969, p. 49. Pelas razões enunciadas no texto, parece-nos mais razoável a opinião de Haering.

⁷⁵ Com efeito, por via indutiva e com profundo sentido da historicidade, dignidade e vocação integral do homem, nela se analisa detidamente a situação do homem no mundo e a sua vocação individual, comunitária e criadora, que incluem necessariamente os diversos capítulos e questões da Moral Geral. Para a Moral Especial, encontramos alguns capítulos e temas selectos correspondentes aos problemas mais actuais que se agitam no seio da Humanidade: a dignidade do matrimónio e da família, o são fomento do progresso cultural, a vida económica e social, a vida na comunidade política, a promoção da paz e da comunidade internacional. Fácil inferir quais os temas concretos implicados nestes de índole genérica e que são explicitamente tratados ou ao menos claramente sugeridos neste riquíssimo documento conciliar.

com outros cultores das demais ciências em ordem à penetração e vivência mais profundas da verdade⁷⁶.

No entanto, a ordem expressa e as coordenadas elementares da renovação da Teologia Moral e das restantes disciplinas filosóficas e teológicas, consideradas indispensáveis para actualizada formação sacerdotal, encontram-se no decreto *Optatum totius*⁷⁷. Transcrevemos o texto que se refere à Teologia Moral: «*Ponha-se especial cuidado em aperfeiçoar a Teologia Moral, cuja exposição científica, mais alimentada pela Sagrada Escritura, deve revelar a grandeza da vocação dos fiéis em Cristo e a sua obrigação de dar frutos na caridade para a vida do mundo*»⁷⁸.

A Teologia Moral aparece-nos assim como a parte da Teologia que tem por objecto e missão revelar e propor cientificamente uma verdade e uma obrigação básicas da economia cristã. A verdade é a grandeza da nossa vocação em Cristo; a obrigação, consequente e inseparável, consiste em produzir frutos na caridade para a vida do mundo. Neste objecto e missão destaca-se mais a vocação que a lei e mais o dom gratuito que a exigência onerosa⁷⁹.

O referido texto do Concílio permite-nos ainda discernir os predicados ou propriedades essenciais da Teologia Moral renovada. Ou seja, para servir proficientemente o homem contemporâneo, a Teologia Moral deve ser, no conteúdo e, quanto possível, também no método, cristocêntrica, dialógica, eclesial, «agapeística», solidariizante.

Cristocêntrica, porque Cristo é não só autor de nossa vocação mas também actor na resposta condigna que podemos dar ao Pai. Imagem de Deus invisível, Primogénito de toda a criatura, dos vivos e dos mortos (cf. Col. 1, 15 e ss; Rom. 8, 29), reconciliou-nos com o Pai (cf. 2 Cor. 5; Rom. 6), inseriu-nos em Si como sarmentos na videira (cf. Jo. 15, 5), como membros de um corpo, cuja cabeça é Ele mesmo (cf. 1 Cor. 12; Rom. 12, 5; Ef. 1, 22-23). Somos-n'Ele

⁷⁶ Cf. CONC. VATICANO II, Constit. *Gaudium et Spes*, n. 62.

⁷⁷ CONC. VATICANO II, Decreto *Optatum totius*, n. 13-17.

⁷⁸ *Id.*, *ib.*, n. 16. Orientações que nos interessam: Do § 1: «*Disciplinae theologicae, in lumine fidei, sub Ecclesiae Magisterii ductu, ita tradantur ut alumni doctrinam catholicam ex divina Revelatione accurate hauriant, profunde penetrent, propriae vitae spiritualis reddant alimentum eamque in ministerio sacerdotali annuntiare, exponere atque tueri valeant*»; e, do § 4: «*Item ceterae theologicae disciplinae ex vividiore cum Mysterio Christi et historia salutis contactu instaurentur. Specialis cura impendatur Theologiae morali perficiendae, cuius scientifica expositio, doctrina S. Scripturae magis nutrita, celsitudinem vocationis fidelium in Christo illustret eorumque obligationem in caritate pro mundi vita fructum ferendi*».

⁷⁹ Cf. J. FUCHS, *Le renouveau de la théologie morale selon Vatican II*, Tournai 1968, p. 9.

pela graça do Baptismo e dos restantes sacramentos e pelo Amor que o Seu Espírito em nós derramou e faz crescer como vida e como fruto (cf. Rom. 5, 5; 6, 1; 1 Cor. 1, 30). Por isso, não podemos deixar de referir a Cristo o nosso agir, de ter a Cristo por Mestre e Modelo (Mt. 23, 8; Jo. 13, 15; Rom. 6, 1-11; Col. 1, 13 e ss), de O fixar como Luz que ilumina a todo o homem (cf. Jo, 1,9), de O seguir como Caminho, Verdade e Vida (cf. Jo. 14, 6).

Se, pela Escritura, conhecemos a Cristo como centro da vida e moral cristãs, não admira que o Concílio, refontalizando-se para orientar sãbiamente a renovação na Igreja e a sua projecção no mundo, faça ecoar bastas vezes nos diversos documentos a mesma verdade e exigência,⁸⁰ e insinue que a Teologia Moral será tanto mais antropológica quanto mais fielmente souber equacionar o homem a Cristo e comprometê-lo no Seu mistério e na história da salvação⁸¹.

Dialógica, porque dialogal é a estrutura fundamental do ser do homem e o esquema das relações vitais que Deus quer manter com ele em Cristo. Deus chama graciosamente em Cristo e o homem responde condignamente também em Cristo. Vocação em Cristo é apelo a participar da vida de Cristo, ilimitadamente, até à perfeição (cf. Ef. 4, 13). Responder em Cristo é primeiro que tudo apreciar o dom da filiação e seguir as pisadas de Cristo na obediência ao Pai e no serviço aos irmãos (cf. Mt. 7, 21; Lc. 22, 26-27; Jo. 4, 34; 5, 30).

Em perspectiva bíblica e segundo o exemplo do Concílio, o carácter dialógico da Teologia Moral deverá transparecer tanto no conteúdo como no método de exposição⁸².

Eclesial, no sentido de que a mensagem cristã, reflectida e sistematizada pela Teologia Moral, se dirige a todos os «fiéis em Cristo». Há graus de anuência e fidelidade a Cristo e à Sua mensagem na comunidade de salvação. Quem aderiu a Cristo na Igreja, beneficiando de todos os meios normais da graça e do amor, é destinatário imediato da mensagem moral cristã tanto no que se refere à dádiva como à exigência. Porém, uma vez que todo o homem é chamado a seguir a Cristo, deve ser considerado de alguma maneira

⁸⁰ Cf. CONC. VATICANO II, Constit. *Lumen Gentium*, n. 6-8, 41-43 e 47; Decretos *Ad Gentes*, n. 24, *Optatum totius*, n. 8, e *Perfectae caritatis*, n. 2. Cf. tb. J. FUCHS, *Le renouveau de la théologie morale selon Vatican II*, pp. 9-14; e B. HAERING, *A moral depois do Concílio*, Lisboa, 1968, pp. 37-44 e 146-163.

⁸¹ Cf. CONC. VATICANO II, Constit. *Gaudium et Spes*, n. 22.

⁸² A dimensão dialogal parece evidente em toda a história da salvação condensada na Antiga e na Nova Aliança e em todos os documentos e doutrina conciliares. Cf. tb. J. FUCHS, *o. cit.*, pp. 14-21; e B. HAERING, *o. cit.*, pp. 63-70.

«fiel», a partir do momento em que escuta e aceita a voz de Deus ressoando no santuário da consciência.

A Teologia Moral, sempre em perspectiva conciliar, deverá cultivar esta abertura e sentido universalistas, apreciando devidamente a verdade e bondade existentes para além das fronteiras visíveis da Igreja e testemunhadas mais ou menos perfeitamente por tradições e sistemas éticos, sem, todavia, esquecer as ulteriores exigências da vocação cristã e o mandato missionário de Cristo que obriga a anunciar e comunicar a plenitude da vida que nos trouxe do Pai ⁸³.

«*Agapeística*», pois compete-lhe reconhecer e celebrar a caridade (ἀγάπη) como medula da vida cristã e, conseqüentemente, outorgar-lhe o lugar de honra, um verdadeiro primado, nos seus tratados e axiomas. A caridade é o dom e o fruto por excelência do Espírito Santo, que está presente em todos os outros dons e frutos da vida cristã e permanece na eternidade (cf. Rom. 5, 5; 1 Cor. 13, 8); é o «vínculo da perfeição» (Col. 3, 4), o resumo e «plenitude» da lei (cf. Mt. 22, 40; Rom. 13, 10; 1 Cor. 13, 13); é o «maior mandamento» do decálogo nas relações com Deus (Mt. 22, 37; Mc. 12, 30; Lc. 10, 27) e o «mandamento novo» de Cristo na comunhão fraterna (Jo. 13, 24), com os dois termos (Deus e o próximo) tão interdependentes e nivelados que ninguém os pode separar sem comprometer substancialmente sua vida presente e futura (cf. 1 Jo. 4, 20-21; Mt. 25, 41-46).

O Concílio pede aos fiéis que se cultivem na caridade enraizada na fé e traduzida em boas obras, e confia à Teologia Moral a tarefa de lhes anunciar esta exigência da vocação cristã ⁸⁴.

Solidarizante, porquanto a caridade e os «frutos na caridade» são, na origem e no termo, realidades comunitárias. Existimos e agimos em comunidade. Não podemos, por conseguinte, reservar para nós essas realidades, mas devemos destiná-las aos outros, testemunhá-las e comunicá-las, segundo a abundância e o carisma de cada um, «para a vida do mundo».

Consciente da fome de amor que o mundo padece (a ponto de se fabricarem réplicas ilusórias, degeneradas ou mesmo degradantes), o Concílio reclama das diversas categorias de fiéis a solici-

⁸³ Cf. CONC. VATICANO II, Constit. *Lumen Gentium*, n. 8 e 16; *Gaudium et Spes*, n. 22., e Decreto *Ad Gentes*, n. 3. Cf. tb. J. FUCHS, *o. cit.*, pp. 22-24 e 84-90; e B. HAERING, *o. cit.* pp. 59-66.

⁸⁴ Cf. CONC. VATICANO II, Constit. *Lumen Gentium*, n. 38; *Gaudium et Spes*, n. 42. Cf. tb. J. FUCHS, *o. cit.*, pp. 26-29 e 99-114; e B. HAERING, *o. cit.*, p. 146 ss.

tude pastoral, o apostolado missionário, as obras de misericórdia e toda a espécie de serviços ou «frutos na caridade» capazes de despertar e promover a «vida do mundo». Ao proclamar esta exigência segundo a orientação do Vaticano II, a Teologia Moral não faz mais que apurar e propor as consequências da verdade fundamental da comunhão dos santos e da solidariedade humana e cristã⁸⁵.

Como a Teologia Moral não poderá renovar-se convenientemente sem beneficiar de cuidadosa «exposição científica» e do alimento específico da Sagrada Escritura, do «contacto mais vivo com o mistério de Cristo e a história da salvação» e, ainda, de fiel ensinamento «à luz da fé e sob orientação do magistério da Igreja», outras propriedades lhe poderíamos assinalar com base nestas coordenadas do Vaticano II. No entanto, uma vez que aludem imediatamente às fontes, à relação com as demais ciências e ao método didáctico, deixamo-las para os capítulos seguintes.

Refontalização e permeabilidade na renovação

A renovação da Teologia Moral exigida pelo Concílio não se conseguirá realizar sem permanente contacto com a *Sagrada Escritura* e diligente assimilação do seu conteúdo, pois ela é, segundo o Concílio, o alimento e a alma de toda a Teologia e, portanto, também da Teologia Moral⁸⁶.

No recurso à Bíblia, a Teologia Moral, não pode contentar-se em procurar, ao menos em primeiro lugar, argumentos para defender teses e formular normas. Acima de tudo, deve haurir nela a doutrina, o estilo, o sentido pastoral, a concepção fundamental. Embora o espírito crítico do homem moderno postule a sistematização e o anúncio ordenado da mensagem salvífica, nunca estes devem esmagar a espontaneidade e riqueza originais da palavra de Deus. Por outro lado, o recurso à Sagrada Escritura não pode reduzir-se à sua «utilização piedosa e elegante», mas consistir em séria reflexão à base de exegese e hermenêutica, de modo a facultar sistematização e

⁸⁵ Cf. CONC. VATICANO II, Constit. *Lumen Gentium*, n. 13, 33 e 42; Decretos *Presbiterorum ordinis*, n. 14 e 17; *Ad Gentes*, n. 12 e 19; *Perfectae caritatis*, n. 8; e *Apostolicam activitatem*, n. 3 e 8. Cf. tb. J. FUCHS, *o. cit.*, n. 29-36 e 90-97; B. HAERING, *o. cit.*, pp. 81-84; e F. BOURDEAU—A. DANET, *Introduction à la Loi du Christ*, Paris 1962, pp. 55ss.

⁸⁶ Cf. CONC. VATICANO II, Constit. *Dei Verbum*, n. 24; e Decreto *Optatum totius*, n. 16.

exposição científicas, incisivas, convincentes, acessíveis directamente, ou ao menos adaptáveis, a todos os homens⁸⁷.

A *Tradição* contém, ambienta e ilumina a palavra de Deus escrita e manifesta histórica e dinamicamente a sua riqueza inesgotável. Referimo-nos aqui mais à Tradição global, com seu núcleo de verdade e intencionalidade salvíficas, presentes (às vezes de forma obscura) em todas as tradições cristãs parciais tributárias dos tempos e lugares, e apreendida, mediante judiciosa leitura, no viver e sentir de toda a Igreja, no testemunho de seus Padres e teólogos, em sua liturgia e nas intervenções do seu Magistério peculiarmente assistido pelo Espírito de Verdade (cf. Jo. 16, 13).

O testemunho dos Santos Padres é particularmente importante não só pelos seus ensinamentos, mas também pelas vidas exemplares de seus autores, sua proximidade com as origens da Igreja e sua unção pastoral na comunicação da novidade cristã ao mundo pagão e irrequieto, em muitos aspectos semelhante ao nosso⁸⁸.

As sistematizações dos teólogos, sobretudo de S. Tomás de Aquino e de S. Afonso de Ligório, os mais representativos de duas épocas diferentes, possuem valor perene; mas talvez o seu merecimento maior consista no serviço que prestaram aos contemporâneos. Sensíveis como somos aos valores estritamente pessoais e às razões profundas das coisas, não podemos hoje formular a Teologia Moral recorrendo principalmente ao número e à simples invocação de autores para impor determinada doutrina ou fazer vingar qualquer norma. As opiniões dos teólogos reflectem necessariamente o cariz da época e do objectivo que se propuseram. É também a razão profunda das suas razões que, acima de tudo, nos pode ajudar a reflectir e propor convincentemente ainda hoje ao povo de Deus a moral cristã que eles muito honraram com numerosos escritos⁸⁹.

A intervenção do Magistério no campo das verdades de fé e costumes é imprescindível e consoladora não só para, em última instância, sabermos o que é bem, mas para termos sempre a garantia de percorrer caminhos autênticos de crescimento e salvação⁹⁰.

⁸⁷ Cf. B. HAERING, *o. cit.*, p. 36; J. FUCHS, *o. cit.*, pp. 36-43; e E. HAMEL, *L'usage de l'Écriture Sainte en théologie morale*, em «Gregorianum» 47(1966)53-85.

⁸⁸ Cf. B. HAERING, *o. cit.*, p. 20s.

⁸⁹ B. HAERING, *o. cit.*, pp. 21-24. Cf. tb. B. HAERING-L. VEREBECKE, *La théologie morale de S. Thomas d'Aquin à S. Alphonse de Liguori*, em «Nouvelle Revue Théologique» 77(1955) 673-692; e, ainda, B. HAERING, *Es de actualidad la teología moral de San Alfonso?*, em *El mensaje cristiano y la hora presente*, Barcelona 1968.

⁹⁰ Cf. CONC. VATICANO II, Constit. Dei Verbum, n. 10; e Decreto *Optatam totius*, n. 16; VÁRIOS, *Teologia morale e magistero della Chiesa*, Padova 1968; e *Magistero e morale*, Bologna 1970.

Na renovação da Teologia Moral impõe-se o regresso às fontes e a abertura à novidade. Serão, pois, de evitar duas atitudes: a pretensão de mudar tudo, rejeitando o passado como fardo inútil ou insuportável, e o repúdio da novidade como suspeita de ameaçar a nossa instalação e segurança. «A renovação da Teologia Moral não pode ser nem uma cisão com o passado nem sua repetição indolente. Deverá ser simultaneamente tradicional e moderna. A Teologia insere-se numa tradição, sem dúvida; mas, numa tradição viva; e nós vivemos no dia de hoje. Seríamos infiéis à Tradição cristã, se nos contentássemos com repetir bem ou mal as fórmulas da moral elaboradas por nossos antepassados, pois as palavras de tempos pretéritos não têm sentido senão quando se relacionam com a vida e o espírito que as formaram. A nós compete-nos voltar a descobrir em nossa vida a realidade do cristianismo que cada geração lega à seguinte como seu mais precioso tesouro. Faltaríamos igualmente a nosso dever se não transmitíssemos ao pensamento moderno a mensagem da moral cristã em sua integridade. Em que lhe seríamos úteis se não lhe proporcionássemos um testemunho superior? Tradição e novidade, dois pólos inseparáveis do pensamento cristão, um dos quais perde o seu valor se não se encontra unido ao outro. Não formam uma amálgama de dois elementos contrários, mas constituem aspectos distintos sob os quais se nos apresenta a mensagem divina confiada à guarda vigilante da Igreja, *nova et vetera*»⁹¹.

Os *sinais dos tempos*, enquanto gestas do homem contemporâneo ou acontecimentos que ele pode e deve interpretar como reveladores dos desígnios de Deus eterno para o tempo presente, são ao mesmo tempo fonte copiosa de reflexão teológica e apelos incessantes a respostas condignas e actuais de conteúdo e valor salvíficos⁹². As aspirações e esboços de justiça e fraternidade entre os

⁹¹ S. PINCKAERS, *Le renouveau de la morale*, Tournai 1964, pp. 19-20.

⁹² Cf. JOÃO XXIII, Constituição apostólica *Humanae salutis*, de convocação do Conc. Vaticano II, de 25-12-1961; e, sobretudo, CONC. VATICANO II, Constit. *Gaudium et Spes*, n. 4, 10, 11, 42, 44 e, em geral, todo o seu conteúdo; Constit. *Sacrosanctum Concilium*, n. 43; e Decreto *Apostolicam actuositatem*, n. 14; e PAULO VI, Alocução na audiência geral de 16-4-1969. Cf. tb. as reflexões e os tratados teológicos posteriores, tais como M. D. CHENU, *Les signes des temps*, em «Nouvelle Revue Théologique» 87(1965)29-48; M. VAN CASTER, *Signs of the times and Christian Tasks*, em «Lumen Vitae» 21(1966) 324-366; e *Signes du temps et rédemption*, Bruxelles 1967; J. E. BIFET, *Magisterio y 'signos de los tiempos' condicionamiento mútuo?*, em «Burgense» 10(1968)239-271; Mons. PELLEGRINO, *Signes des temps et réponse des chrétiens*, em «Documentation Catholique» 64(1967)144-154; G. BARTOLASO, *L'uomo nell'orizzonte del tempo e dell'eternità*; e *Tempo ed eternità nella condizione umana*, em «Civiltà Cattolica» 117(1967) n. 2775, p. 232-240, e n. 2785, p. 48-55; Documentação Concilium, *Sinais dos tempos*, em «Concilium» (1967, n. 5) 120-129; e, de maneira especial, J. DA CRUZ POLICARPO, «*Sinais dos Tempos*». *Génese histórica e interpretação teológica*, Lisboa 1971.

homens, as realizações ecuménicas entre os cristãos, o progresso científico e técnico, todas as grandes transformações que se operam no seio da humanidade não só com êxitos imediatos e parciais mas também com fracassos gritantes e susceptíveis de despertar boas opções e novas arrancadas para o êxito total da construção do «novo céu e nova terra» (cf. Is. 65, 17; Apoc. 21, 1), devem merecer a atenção do teólogo moralista. Ele, mais que qualquer outro membro do povo de Deus, há-de sentir-se convocado para discernir os sinais, para tudo examinar e reter o que é bom (cf. 1 Tess. 5, 21), para promover o «espírito do tempo» e redimir o «espírito do mundo», para se confrontar com as correntes do pensamento moderno em diálogo franco e amistoso, dando e recebendo testemunho de verdade e caridade ⁹³.

Além de se refontalizar, a Teologia Moral deve tornar-se mais permeável ao contributo das outras ciências, tanto teológicas como humanas.

Em primeiro lugar, tem de se aproximar da *Teologia Dogmática* para reflectir em comum e em continuidade, à luz da fé, os mistérios cristãos, embora sob aspectos diferentes: «em si mesmos e por si mesmos», a Teologia Dogmática; nas suas intenções antropológicas e existenciais, a Teologia Moral ⁹⁴.

Não há dúvida que, do ponto de vista doutrinal, o conteúdo moral teológico era muito mais rico e harmónico nas grandes sumas de Teologia Sistemática medievais e neo-escolásticas, e se empobreceu quando desintegrado para se tornar objecto da Teologia Moral de feição casuística, que assimilou, em compensação pouco feliz, abundantes elementos de Direito e Ética simplesmente filosófica ⁹⁵.

Se a Teologia Moral, por razões pedagógicas, houver de se manter distinta da Teologia Dogmática ⁹⁶, sua autonomia nunca deve ser tanta que se perca de vista a íntima relação dos dois aspectos do objecto que ambas estudam. O aspecto confiado pelo Concílio à Teologia Moral como objecto específico é, como já se disse,

⁹³ Cf. B. HAERING, *o. cit.*, p. 24-25; e J. FUCHS, *o. cit.*, p. 90ss. Vem a propósito recordar aqui a reflexão de Theo Beemer transcrita na nota 7 do presente trabalho.

⁹⁴ R. LATOURELLE, *Théologie science du salut*, p. 117.

⁹⁵ J. FUCHS, *o. cit.*, p. 53ss; B. HAERING, *o. cit.*, p. 28ss; e S. PINCKAERS, *o. cit.*, p. 27ss.

⁹⁶ Há quem opine que o melhor serviço que a T. Moral e a T. Dogmática se podiam prestar mutuamente nos dias de hoje era morrer como unidades autónomas e ressuscitar em sua unidade sistemática original. Cf. A. HORTELANO, *Iniciación a la teología moral*, em *Moral y hombre nuevo. Congreso de T. Moral*, Madrid 1969, p. 227.

a excelência da vocação do homem em Cristo e as obrigações morais inerentes a tal dignidade⁹⁷.

Uma vez que a *Teologia Espiritual* apareceu como disciplina independente quando a Teologia Moral abdicou de sua orientação genuinamente teológica e perfectiva, e o Concílio indica a esta o caminho em grande parte percorrido apenas por aquela desde a separação, deverá processar-se com naturalidade a junção que permita à Teologia Moral reassumir parte do conteúdo e toda a união perfectiva daquela. Se, com efeito, no seguimento de Cristo, podemos distinguir etapas e ritmos de andamento; se devemos hierarquizar apelos mais ou menos prementes (preceitos e conselhos), será de evitar a todo o custo a impressão e, sobretudo, a realidade de propor duas morais: uma, superior, de preceitos e conselhos, para poucos; outra, inferior, minimalista, só de preceitos (com relevo para as proibições), de conversão adiada e salvação regateada, para o comum dos homens. Consciencializa-nos o Concílio de que todos fomos chamados não só à salvação mas também à perfeição, e uma e outra é normalmente obra não de um momento mas da vida inteira⁹⁸. Muito menos se deve opor uma à outra, como se a Teologia Moral fosse escola de deveres e a Teologia Espiritual, de virtudes. «A pura categoria de dever não existe na moral do Novo Testamento», embora se deva distinguir «entre o que é passível de ser imposto a partir do exterior pela autoridade terrena e o que obriga a partir da raiz mais íntima do ser, entendido como dom absolutamente gratuito». «Expor a moral cristã como moral de pura obrigação ou moral de confins é roubar-lhe não só o dinamismo interno, mas também a felicidade contida na sua força estimulante e impulsionadora»⁹⁹. Isto não implica a supressão da Teologia Espiritual. Numa linha de complementaridade, competir-lhe-á a ela, ou a tratados especiais de Espiritualidade, a exposição dos «diversos estilos» de vida cristã ou de seguimento de Cristo que se costumam reduzir às diversas escolas de espiritualidade, o discernimento dos graus de perfeição, e a arte de conduzir as almas na caminhada para a maturidade cristã e no uso dos meios de crescimento espiritual, tendo em conta a personalidade, a vocação e o carisma de cada um¹⁰⁰.

⁹⁷ Cf., acima, p. 282; e tb. B. HAERING, *o. cit.*, p. 9-11; e J. FUCHS, *o. cit.*, p. 9ss.

⁹⁸ CONC. VATICANO II, Constit. *Lumen Gentium*, n. 39ss; e *Sacrosanctum Concilium*, n. 5; e Decreto *Ad Gentes*, n. 7.

⁹⁹ B. HAERING, *o. cit.*, p. 35.

¹⁰⁰ Cf. B. HAERING, *o. cit.*, p. 34-36.

A Teologia Moral, como ciência da vocação dos fiéis em Cristo e dos imperativos da caridade em prol da vida do mundo, deve necessariamente inspirar a alimentar a *Teologia Pastoral*, que se ocupa do «ser móvel» da Igreja, «do mistério da edificação do Corpo de Cristo... em sua actuação presente e concreta» e «das condições desta situação, da maneira como a situação contemporânea do mundo afecta o desempenho actual da missão salvífica da Igreja»¹⁰¹. Na catequese e no querigma, nos diversos movimentos apostólicos (por exemplo, nos cursos de preparação para o matrimónio), a presença da Teologia Moral, devidamente adaptada à categoria dos ouvintes, revela-se imprescindível e sumamente vantajosa.

Em relação ao *Direito*, tanto Canónico como Civil, a Teologia Moral deverá em princípio manter-se independente, sem prejuízo de certa complementaridade e obsequiosa colaboração. A ordem moral, enquanto «abarca em toda a sua natureza o homem, criatura racional de Deus e chamado ao eterno»¹⁰², constitui, em sua integridade e soberania, objecto e vasto campo da Teologia Moral¹⁰³. Todavia, a ordem moral das relações entre os homens reunidos em comunidades é também objecto e campo do Direito. A este compete regular pròximamente com leis positivas (de si transitórias e nunca contrárias às leis natural e evangélica) as relações e actividades dos homens. A Teologia Moral não se arvorará, por conseguinte, em código e arquivo dessas leis, nem se encarregará de expor o seu conteúdo e alcance literais. Preocupar-se-á, sim, em descobrir e propor o sentido fundamental de toda a lei humana na linha das leis eterna, natural e evangélica, e a razão da sua obrigatoriedade em consciência, de modo que a obediência às leis humanas resulte verdadeiramente humana, porque de homem a homem, e se integre na lei da graça e do amor ou da «perfeita liberdade» própria dos filhos de Deus. Sublinhará também o espírito e as regras de prudência que permitem discernir e escalonar os valores, de modo que se consiga optar pelos maiores quando, em situações especiais, se não podem respeitar todos. Além disso, enquanto compreensivelmente o Direito proclama e exige, com a multiplicidade e sucessão de leis, o cumprimento mínimo da obrigação (orientação centrífuga),

¹⁰¹ R. LATOURELLE, *o. cit.*, p. 157.

¹⁰² CONC. VATICANO II, Decreto *Inter mirifica*, n. 6.

¹⁰³ Cf. nosso comentário «O homem moderno quer uma moral moderna», em «Didaskalia» 1(1971)167-172.

a Teologia Moral deve encaminhar o homem para respostas cada vez mais generosas ao apelo de Cristo (orientação centrípeta), de modo que este possa produzir frutos ilimitados na caridade para a vida do mundo ¹⁰⁴.

Como a mensagem moral de Cristo não pode ser anunciada e acolhida senão através das categorias de pensamento e linguagem dos povos, a Teologia Moral encontra na *Filosofia* precioso e insubstituível auxílio. Na óptica em que se está renovando, são-lhe particularmente caras as aportações dos autores e correntes que procuram salvar o homem da escravidão da ciência e da técnica, reivindicando para a pessoa humana valor próprio e intangível, ao abrigo de qualquer condicionamento do mundo exterior. Estão neste caso as filosofias da existência, da pessoa e dos valores, abertas às realidades transcendentais ¹⁰⁵. Por outro lado, como a ciência e a técnica são criação do homem e podem estar ao seu serviço, importa considerá-las em seu justo valor e dar-lhes na vida e nas relações fraternas o lugar e sentido que para elas reclama o *são* estruturalismo ¹⁰⁶.

Entre as disciplinas filosóficas, a *Ética* é a que mais afinidade mantém com a Teologia Moral. Ocupa-se do agir moral segundo os valores ao alcance da razão. Estes mesmos valores iluminados pela fé, e alguns outros mais especificamente cristãos, todos eles implicados na vocação e na resposta do homem em Cristo, constituem o objecto da Teologia Moral.

Distinguem-se vários tipos de éticas, uns mais próximos e outros mais distantes da moral cristã: éticas naturalistas ou científicas, éticas transcendentalistas ou metafísicas, éticas activistas ou axiológicas. Qualquer delas, na medida em que promove racionalmente a libertação do homem, aponta (objectivamente) o mistério e a luz de Cristo

¹⁰⁴ Cf. B. HAERING, *o. cit.*, pp. 28-32.

¹⁰⁵ Sobre a repercussão e influência das filosofias da existência no pensamento teológico contemporâneo, cf. E. MOUNIER, *Introduction aux existentialismes*, Paris 1947; L. GABRIEL, *Existenzphilosophie von Kierkegaard bis Sartre*, Wien 1951; J. MÖLLER, *Existenzphilosophie und katolische Theologie*, Baden-Baden 1952; P. FOULQUÉ, *L'existentialisme*, Paris 1958; D. MORANDO, *Saggi su l'esistenzialismo*, Brescia 1948. Sobre o personalismo cristão, cf. E. MOUNIER, *Le personalisme*, Paris 1950; e *Manifeste au service du personalisme*, Paris 1961; J. MOURoux, *Sens chrétien de l'homme*, Paris 1945; *La liberté chrétienne*, Paris 1945; e *Je crois en toi. Structure personnelle de la foi*, Paris 1948; J. LACROIX, *Personne et amour*, Paris 1936; L. JERPHAGNON, *Servitude de la liberté*, Paris 1958; e *Qu'est-ce que la personne humaine?*, Toulouse 1961. Sobre a filosofia dos valores, cf. MAX SELLER, *Der Formalismus in der Ethik und die materiale Wertheik*, Halle 1927; R. LE SENNE, *Obstacle et valeur*, Paris 1934; L. LAVELLE, *Traité des valeurs*, Paris 1951-1955; J. PUCELLE, *La source des valeurs*, Paris 1957; R. MEHL, *De l'autorité des valeurs*, Paris 1957.

¹⁰⁶ Sobre o estruturalismo, cf. J.-B. FAGES, *Comprendre le structuralisme*, Toulouse 1967; e *Le structuralisme en procès*, Toulouse 1968; M. CORVEZ, *Les structuralistes*, Paris 1969; e G. SCHWY, *Strukturalismus und Theologie*, em *«Theologie und Philosophie»* 43 (1968) 523-541.

e pode inspirar (subjectivamente) respostas dignas e salvíficas. Por isso, a Teologia Moral não tem de as combater, mas sim completar com os dados da revelação, e redimir de possíveis degenerações ¹⁰⁷.

Por princípio, a Teologia não receia os dados e as conclusões das outras ciências. Única é a verdade que todas de alguma maneira revelam e mais ou menos conscientemente procuram. Só a pseudo-ciência, que é sinal da fraqueza e, não raro, de malícia humanas, se deve rejeitar quando não puder ser redimida. O Vaticano II não só entoa um hino ao verdadeiro progresso e recomenda aos teólogos colaboração com os especialistas dos diversos ramos do saber, como preconiza a utilização dos dados das ciências, sobretudo de algumas, chamadas comumente humanas e sociais, indispensáveis ao recto conhecimento do homem, à sua educação e a toda a espécie de relações humanas ¹⁰⁸. De facto, ciências como a biologia, a psicologia, a pedagogia, a didáctica, a sociologia, a antropologia são beneméritas auxiliares da Teologia Moral pelo vasto contributo que lhe prestam no conhecimento e formação do discípulo de Cristo. A unidade do homem, a sua interioridade, a complexidade e harmonia de suas faculdades, a sua liberdade e responsabilidade, o substrato de seus sentimentos e do próprio inconsciente, o seu condicionamento pelo meio-ambiente e por outros muitos factores externos, são elementos preciosos hauridos em grande parte dessas ciências, verificando-se que as riquezas da natureza não se opõem às da graça, mas, ao contrário, convergem todas na realização do homem perfeito em Jesus Cristo ¹⁰⁹.

O mesmo juízo se há-de fazer das *ciências históricas*, que, nos últimos anos, alcançaram grande esplendor e muito têm contribuído para o conhecimento crítico das diversas épocas e mentalidades e, conseqüentemente, para discernir os valores permanentes inseridos em formas transitórias, o absoluto e o relativo implicados nos comportamentos humanos, e que se devem manter ou dispensar, respectivamente, nos estilos de vida contemporâneos ¹¹⁰.

¹⁰⁷ Cf. F. GRÉGOIRE, *Las grandes doctrinas morales*, Paris 1967; F. BOURDEAU-A. DANET, *Introduction a la Loi du Christ*, pp. 15-40; B. HAERING, *o. cit.*, p. 43s; J. FUCHS, *o. cit.* p. 61 e 84-90. Cf., ainda, G. THILS, *L'Eglise et les eglises*, Bruges 1967; e *Propos et problèmes de la théologie des religions non chrétiennes*, Tournai 1966.

¹⁰⁸ CONC. VATICANO II, *Constit. Gaudium et Spes*, n. 62; *Decreto Optatum totius*, n. 11; *Declaração Gravissimum educationis*, n. 2 e 4.

¹⁰⁹ Cf. J. FUCHS, *o. cit.*, p. 56-60; B. HAERING, *o. cit.*, p. 32-34.

¹¹⁰ S. PINCKAERS, *Le renouveau de la morale*, p. 14-17; B. HAERING, *o. cit.*, p. 21-24.

Renovação no método e conteúdo

Para que a exposição da Teologia Moral se possa dizer «científica» como a deseja o Concílio, tem de adoptar um método de verdadeira ciência, qual é, no caso, o da Teologia, ciência da inteligência da fé e dos caminhos de salvação¹¹¹.

Assim, na sistematização e ensinamento da Teologia Moral, há que conceder o lugar de honra à fé, embora sem prejuízo da capacidade e papel da razão. A vocação cristã do homem em si mesma e nas suas implicações existenciais é uma iniciativa divina que só à luz da fé, como revelação e como graça de anuência, a razão consegue apreender convenientemente e formular com segurança¹¹².

Não basta, por outro lado, que a exposição da Teologia Moral seja retórica, piedosa, espiritual ou meramente querigmática. Tem de implicar necessariamente estas condições: uso criterioso da Sagrada Escritura, segundo exegese rigorosa sobre as verdades directamente relacionadas com a vida e as intenções vitais de toda a palavra revelada; fidelidade à História da salvação e à Tradição constante da Igreja; conscienciosa valorização do progresso moral através dos tempos; interpretação exacta das intervenções do magistério hierárquico em matéria de costumes; atenção à mensagem moral dos sinais dos tempos; elaboração racional, dedutiva e indutiva, de todos estes elementos em vista de resposta adequada às necessidades da hora presente¹¹³.

Distingue-se comumente entre método positivo e método especulativo; entre método indutivo e método dedutivo. Em Teologia Moral tem-se reduzido abusivamente o método positivo ao prático ou casuístico. Na realidade, ele é muito mais rico, pois compreende os elementos e aspectos bíblico e histórico, os quais, para além dos casos, convidam à descoberta e compreensão das pessoas¹¹⁴.

¹¹¹ Cf. R. LATOURELLE, *Théologie science du salut*, p. 11;

¹¹² CONC. VATICANO II, Decreto *Optatum totius*, n. 14.

¹¹³ Cf. J. FUCHS, *o. cit.*, p. 52 e s.

¹¹⁴ A propósito do uso do método histórico em Teologia, observa M. D. Chenu na apresentação da obra de S. PINCKAERS, *Le renouveau de la morale*, pp. 7-8: «A aplicação do método histórico ao estudo das grandes obras da teologia clássica proporcionou, de há cerca de 40 anos a esta parte, efficacíssima compreensão não só da letra analítica dos textos mas também do espírito interior que os anima... Hoje em dia, perante os resultados obtidos, já se não discute a eficácia e a verdade do método histórico... Ao nível da interpretação dos textos e das obras, o recurso à história e a seus diversos procedimentos, desde a análise lexicográfica até à impregnação dos contextos mentais e sociais, deram excelentes resultados...». Este método se propôs aplicar Pinckaers no estudo da «moral da amizade» de S. Tomás que é objecto da referida obra (cf. *ib.*, p. 15). Cf. também W. KASPER, *Renouveau de la méthode théologique*, Paris 1968; e M. D. CHENU, *La théologie comme science au XIII^e siècle*, Paris 1969.

Dado o carácter antropológico da moral cristã e o conhecimento que do homem e do agir humano possuímos nos dias de hoje, será de preferir a conjugação de todos estes métodos. Diríamos, pois, ideal «o método verdadeiramente *sintético*» que reúna organicamente os diversos elementos de ordem especulativa e positiva, dedutiva e indutiva, de modo a poder elaborar-se uma teologia ao mesmo tempo doutrinal e existencial, que fale à inteligência e ao coração. «Toda a teologia autêntica é teologia do coração; o juízo intelectual exige a presença do coração, — *fides quaerens intellectum*»¹¹⁵.

Não podemos esquecer também as grandes vantagens e, em determinadas circunstâncias, a necessidade do trabalho em grupo ou equipa na investigação e docência da Teologia a nível de seus diversos ramos e com ciências afins, dos investigadores e docentes de uma mesma especialidade (da Teologia Moral, no caso) e de professores e alunos. Além da complementaridade e sincronização dos talentos e esforços, tornar-se possível abranger um campo mais vasto de problemas e, sobretudo, estudar mais profundamente cada um deles em seus diversos aspectos. Sobre tudo no ensino, o trabalho colegial resulta necessariamente mais activo e, por isso, satisfaz da melhor maneira as exigências da mentalidade e pedagogia modernas¹¹⁶.

No que respeita ao conteúdo da Teologia Moral, impõe-se também adequada revisão. Das três grandes partes em que se dividiam as *Institutiones*, as *Summae* e os *Compendia* da moral casuística (*De principiis*, *De praeceptis* e *De sacramentis*), uma, a *De sacramentis*, não se revela necessária, como unidade independente, na Teologia Moral renovada a teor das linhas mestras do Vaticano II. Com efeito, a Teologia Moral, tal como a vida cristã, deve ser mistérica e sacramental em toda a sua formulação, embora nalguns capítulos venha a propósito e seja necessário expor a doutrina sacramental respeitante ao tema em questão. Por exemplo, o capítulo da conversão não se pode desenvolver convenientemente sem realçar a estrutura sacramental desta resposta do homem à vocação de Cristo e, portanto sem largas referências aos sacramentos do Baptismo e da Penitência.

¹¹⁵ B. HAERING, *o. cit.*, pp. 36-37.

¹¹⁶ Cf. S. CONGR. PRO INSTITUTIONE CATHOLICA, *Normae quaedam ad constitutionem apostolicam «Deus Scientiarum Dominus» de studiis academicis ecclesiasticis recognoscendam*, Vaticano 1968, Principium IV e n. 9, 15, 36 e 37. Cf. tb. TH. LARRAÑAGA, *De renovanda theologia morali*, em «Antonianum» 44(1969)5-17.

Igualmente, não se pode tratar do crescimento e maturidade espirituais sem recorrer insistentemente à doutrina da Eucaristia, nem estudar os caminhos específicos para o seguimento de Cristo sem incluir entre eles o matrimónio com sua doutrina e seu significado. Enquanto celebrações e actos litúrgicos, os sacramentos enquadram-se também no tratado da religião, pois todas as expressões culturais cristãs são, em si mesmas ou pelo menos na origem e no termo, de índole sacramental. Por outro lado, a disciplina sacramental, com todas as normas que a impõem e defendem, e que assumiam lugar preponderante no tratado moral dos sacramentos, perdeu actualidade na recente reforma litúrgica e, em todo o caso, o seu lugar mais conveniente será nos tratados de Liturgia, Direito Canónico e Teologia Pastoral.

As restantes partes do esquema clássico (*De principiis* e *De praeceptis* ou *De virtutibus*) deverão permanecer no campo de investigação e ensino da Teologia Moral, embora revistos no conteúdo (umas vezes simplificado, outras aprofundado e sempre actualizado) e no método (quanto possível sintético e dialógico, para corresponder melhor às categorias de pensamento e linguagem tanto bíblicas como modernas).

A constituição *Gaudium et Spes* do Vaticano II oferece-nos um elenco de temas que substancialmente poderá manter-se como matéria de novas sumas e de novos tratados de Teologia Moral tanto Geral como Especial. Outros elementos poderão buscar-se nos restantes documentos conciliares¹¹⁷. Compete agora aos teólogos aprofundar, investigar, adaptar, sistematizar e propor estes e outros dados, criando assim a «moral moderna» postulada pelo «homem moderno»¹¹⁸.

¹¹⁷ Cf., acima, p. 281.

¹¹⁸ Cf. J. FUCHS, *o. cit.*, pp. 64-70, onde observa que a obra de renovação da T. Moral proposta pelo Concílio é, por um lado, ideal sem precedentes na tradição teológico-moral, mas, por outro, está já começada.

III

Rumos da Teologia Moral após o Concílio*Confirmação e incremento de ensaios anteriores*

Mais que a letra dos documentos, foi o espírito aberto e empreendedor do Vaticano II que impressionou o mundo e impulsionou os católicos. E, porque não é fácil encerrar o espírito em esquemas e estruturas inadequadas, nota-se actualmente na Igreja, em paralelo com o que vai pelo mundo, certo irrequietismo, frequentemente traduzido em opiniões e experiências, que a muitos parecem contrárias à unidade fundamental do Corpo de Cristo. Sucede até que, a par dos êxitos que se procuram, há fracassos a lamentar. No entanto, o objectivo (renovação) implica mudança; mudança, no sentido de transformação e aperfeiçoamento, e, portanto, mais na linha da qualidade que da quantidade. Sob o ponto de vista moral, só a mudança equivalente a conversão e crescimento na posse e actuação dos valores humanos e cristãos é digna resposta do discípulo de Cristo.

O Concílio Vaticano II ordenou a renovação da Teologia Moral e traçou as coordenadas fundamentais para essa renovação, mas não impôs rígida planificação nem muito menos único esquema de procedimento. Por isso, o espírito que o animou continuará a inspirar variegadamente a investigação e reflexão teológicas, as quais, porém, deverão provar a sua autenticidade pela fidelidade aos ensinamentos e orientações conciliares e às intervenções posteriores do Magistério. Só com esta comunhão e abertura poderemos elaborar e propor em moldes novos e com êxito antecipadamente garantido a Teologia Moral¹¹⁹.

É fácil e consolador verificar que, de maneira geral, o Vaticano II aprovou e aproveitou, no todo ou em parte, os ensaios de renovação anteriormente realizados. Parece-nos, no entanto, que a concepção de Haering, representada especialmente pela obra *A Lei de Cristo*, é a que melhor corresponde ao desiderato do Concílio¹²⁰.

¹¹⁹ Cf., acima, p. 281-285.

¹²⁰ B. HAERING, *Das Gesetz Christi*, Freiburg 1954. Edição portuguesa *A Lei de Cristo*, 3 vols., Herder de S. Paulo (Brasil), 1960-61. Haering é o teólogo moralista mais conhecido e lido na actualidade. Mencionamos mais algumas das suas obras que completam e actualizam *A Lei de Cristo: Das Heilige und das Gute. Religion und Sittlichkeit in ihrem gegenseitigen Bezug*,

É uma obra eminentemente teológica nas fontes e conteúdo, de esquema dialógico em perspectiva bíblica e actual, perfectiva na orientação e finalidade, insinuante no estilo e linguagem. Deve considerar-se também respeitadora da Tradição e, mesmo, conciliadora em relação às obras de concepção diferente, pois os temas que desenvolve são, na maior parte, os mesmos, com a vantagem de os enriquecer e actualizar¹²¹. Testemunhando a experiência pastoral do autor nos anos da última guerra mundial, entretece, em síntese feliz, pensamento e acção, fé e existência, dogma e moral, moral e espiritualidade, moral e religião, verticalidade e horizontalidade nas múltiplas expressões do agir como respostas ao apelo de Cristo¹²². Porque essência e alma da vida cristã, a caridade é não só objecto de um tratado amplo e profundo, mas sobressai como tónica de todos os capítulos da obra.

Divide-se em duas grandes partes: Moral Geral e Moral Especial. A primeira tem por objecto os princípios fundamentais da vida cristã; a segunda desdobra-se ainda em duas partes: uma, sobre a vida em comunhão com Deus e outra sobre a vida em comunhão fraterna¹²³.

A Moral Geral começa por uma introdução bastante longa e erudita em que se destacam o «panorama histórico» da Teologia Moral e a síntese das «ideias centrais» da moral cristã: comunhão, diálogo, amor, gratuidade, gratidão, responsabilidade, seguimento de Cristo, compromisso temporal e salvação eterna. Seguem-se, em esquema dialógico, os dois grandes tratados do corpo da Moral Geral: o primeiro, sobre o chamamento de Cristo tanto no ser e nas faculdades do homem como nas formas objectivas da norma e da lei e das chamadas fontes da moralidade; o segundo, consagrado à resposta do homem, a qual pode concretizar-se tanto num trágico «não» (o pecado), como em generoso «sim» (conversão sacramental-

Krailling (München) 1950; *Christ in einer neuen Welt*, Freiburg in Br. 1959; *Der Christ und Obrigkeit*, Augsburg 1956; *Graça e exigência dos sacramentos*, Braga 1964; *A moral depois do Concílio*, Lisboa 1968; *O Concílio começa agora*, Lisboa 1966. *A confissão sacramento de alegria*, Porto 1968; *Shalom-Paz. O sacramento da reconciliação*, São Paulo 1970; *O matrimónio em nosso tempo*, São Paulo 1965; *O cristão e o matrimónio*, Porto 1969; *Dinamismo da Igreja num mundo novo*, Porto 1969; *Problemas actuais de teologia contemporânea*, Porto 1969; *A contestação dos não violentos*, Porto 1969; *Crise autour l'«Humanae Vitae»*, Tournai 1969; *Die grosse Versöhnung. Neue Perspektiven des Bussakramentes*, Salzburg 1970; *Road to relevance*, New York 1970.

¹²¹ Basta recordar, como exemplo, os tratados da consciência, da caridade e da religião.

¹²² Cf. F. BORDEAU-A. DANET, *Introduction à la Loi du Christ*, sobretudo o apêndice, pp. 197-217; e V. SCHURR, *Bernardo Haering. Una nueva teología moral*, Buenos Aires 1970.

¹²³ Nas últimas edições em algumas línguas (alemã e espanhola, por ex.) esta divisão da Moral Especial aparece um tanto alterada quer nos títulos quer na ordem de alguns capítulos.

mente realizada pelo Baptismo e Penitência) e ilimitado crescimento espiritual (pela prática das virtudes, sobretudo, da caridade e orientação eucarística de toda a vida).

Na Moral Especial, dedicada à vida em comunhão com Deus, são de realçar os tratados das virtudes teologais e da religião como dons e exigências da verticalidade do homem, contidos já na Lei de Deus do Antigo Testamento e plenamente revelados e urgidos na pregação moral de Cristo. O capítulo da religião, além de conter a matéria correspondente aos três primeiros mandamentos do decálogo, sublinha a importância e o sentido da liturgia na vida cristã.

A Moral Especial, que tem por objecto a vida em comunhão fraterna, em correspondência com os mandamentos da segunda tábua do decálogo, também revistos e aperfeiçoados por Cristo, trata em pormenor da realização do amor na mediação das virtudes morais, principalmente da justiça, quer a nível comunitário (na família, na comunidade política e na comunidade de salvação), quer na vida e saúde corporais, quer na sexualidade, no matrimónio e na virgindade, quer na posse e uso dos bens temporais, quer, finalmente, na verdade, fidelidade e honra devidas a todo o homem como imagem e semelhança de Deus.

É uma teologia moral dirigida «a sacerdotes e leigos», acessível a todos os homens cultos e susceptível de adaptação para ser anunciada a toda a gente. A redacção em língua vulgar e as traduções nas diversas línguas proporcionaram-lhe público muito vasto e êxito retumbante¹²⁴. A união do estilo e da linguagem ambiente e reforça a mensagem doutrinal e perfectiva que se propõe comunicar. Pelas razões acima referidas, e em contraste com os textos de Teologia Moral dos três séculos anteriores, omite-se um tratado especial dos sacramentos, cujo sentido e conteúdo morais estão contemplados no capítulo da religião (enquanto celebrações litúrgicas e actos cultuais) e sempre que, nos demais tratados, vem a propósito evocar o carácter sacramental da vocação cristã. Apenas a Penitência e o Matrimónio aparecem mais individualizados e desenvolvidos, mas em contexto assaz diferente: como normal processo de conversão, a primeira; e como estado ou caminho de seguimento de Cristo neste mundo, o segundo.

Algumas correcções têm sido introduzidas no esquema e conteúdo da obra através das sucessivas edições nas várias línguas.

¹²⁴ Cf. F. BOURDEAU-A. DANET, *o. cit.*, pp. 53-54.

Outras poderão ser adoptadas em edições posteriores, não só porque sempre é possível aperfeiçoar uma publicação, mas também pelo facto de o Concílio e os problemas entretanto surgidos no seio da comunidade cristã e da humanidade oferecerem matéria abundante para novas reflexões e mais actualizadas conclusões¹²⁵.

Opções temáticas da Teologia Moral pós-conciliar

Depois do Concílio Vaticano II, a renovação da Teologia Moral não se tem concretizado em sistematizações de conjunto, mas sim na elaboração e publicação de obras mais ou menos vastas e profundas sobre temas restritos e selectos, geralmente inspirados quer nos documentos conciliares quer nos acontecimentos que, entretanto, na Igreja e no mundo, vão reclamando a atenção dos teólogos. A via indutiva de auscultação e resposta, facilitada por aperfeiçoados recursos técnicos na comunicação social, tem sido preferida na tarefa de responder às interpelações dos sinais dos tempos. Também as línguas vulgares, admitidas como veículo credenciado na comunicação do pensamento teológico, permitem alcançar público cada vez mais vasto e, frequentemente, ávido de cultura. Embora no ensino da Teologia se afirme e mantenha, por razões metodológicas e pragmáticas a diversidade das disciplinas, a elaboração e exposição dos temas apontam a sua unidade, pois em cada um deles se costuma projectar a luz proveniente dos diversos lugares teológicos. Por sua vez, os dados das outras ciências, sobretudo humanas e sociais, têm encontrado peculiar acolhimento nas obras dos teólogos moralistas.

Existem publicações numerosas pós-conciliares sobre a renovação da Teologia Moral prescrita pelo Concílio. Umas comentam a ordem e as coordenadas da renovação¹²⁶; outras ensaiam a renovação pelo processo deficiente de aditamentos a textos antigos ou de simples

¹²⁵ Nas obras publicadas durante e após o Concílio (cf., acima, nota 120), Haering revela-se plenamente atento e adaptado quer ao espírito e orientações conciliares quer aos sinais dos tempos. *A Lei de Cristo*, porém, não foi suficientemente renovada nas edições posteriores ao Concílio. A renovação conciliar exige revisão de textos não por meros aditamentos mas por verdadeira refundição e simplificação.

¹²⁶ Por ex., J. FUCHS, *Le renouveau de la théologie morale selon Vatican II*, Tournai 1968; B. HAERING, *A moral depois do Concílio*, Lisboa 1968; E. SUDUPE, *Las nuevas orientaciones morales según el Concilio*, em «Verdad y Vida» 25(1967)75-96; TH. LARRAÑAGA, *De renovanda theologia morali*, em «Antonianum» 44(1969)5-17; VÁRIOS, *Renovación de la teología moral. Actas del I Congreso de Teología moral. Madrid 1967*, Madrid 1967.

modernização de títulos¹²⁷; outras cultivam a renovação pelo regresso às fontes bíblicas¹²⁸, patrísticas¹²⁹ e escolásticas¹³⁰; ainda outras, talvez as mais numerosas, estudam os problemas mais candentes do mundo contemporâneo que a seguir mencionaremos¹³¹. Há obras que primam pela profundidade científica¹³² e outras que enveredam pelo caminho da divulgação¹³³. Em quase todas, em vez da preocupação apologética e do estilo polémico de tempos atrás, sobressai o espírito conciliador e a abertura ecuménica que dominaram no Vaticano II¹³⁴. Algumas cultivam mesmo explicitamente a dimensão ecuménica, quer buscando a unidade de interpretação dos problemas morais¹³⁵, quer recolhendo o pensamento de autores não católicos¹³⁶. Também com liberdade e intenção

¹²⁷ É esta a impressão que colhemos ao ler, por ex., P. LUMBRERAS, *Aportación del Vaticano II a nuestros manuales de teología moral*, em «*Studium*» 6(1966)425-469; e E. VALCARCE ALFAYATE, *La Teología moral en la historia de la salvación*, 2 vols., Madrid 1968 e 1970.

¹²⁸ De especial interesse para a renovação da Teologia Moral na perspectiva e fundamentação bíblicas, C. SPICQ, *Théologie morale du Nouveau Testament*, 2 vols., Paris 1965; e R. SCHNACKENBURG, *Le message moral du Nouveau Testament*, Le Puy-Leon 1963; cf. tb. VÁRIOS, *Estudios de moral bíblica*, Madrid 1969; R. KOCH, *Renovación bíblica y teología moral*, em *Renovación de la teología moral. Actas de I Congreso de teología moral*, Madrid 1967, pp. 77-116; F. FESTORAZZINI, *La Sacra Scrittura anima del rinnovamento della teologia morale*, em «*La Scuola Cattolica*» 94(1966)91-115; e E. HAMEL, *L'usage de l'Écriture Sainte en théologie morale*, em «*Gregorianum*» 47(1966)53-85; *Loi naturelle et loi du Christ*, Bruges 1964; J. L'HOUE, *La morale d'alliance*, Paris 1966; A. GONZÁLEZ, *La ética de la alianza*, Madrid 1970; PH. DELHAYE, *Le décalogue et sa place dans la morale chrétienne*, Bruxelles 1963.

¹²⁹ Cf. as edições das obras morais de S. Agostinho da BAC (Madrid), tomo XII; e da Desclée de Br. (Paris), vols. 1-3; J. LIEBAERT, *Les enseignements moraux des Pères apostoliques*, Gembloux 1970; M. SPANNEUT, *Tertullien et les premiers moralistes africains*, Gembloux 1969; e P. CHRISTOPHE, *Cassien et Césaire prédicateurs de la morale monastique*, Gembloux 1969.

¹³⁰ Cf., por ex., as obras de O. Lottin citadas na nota 55; M. D. CHENU, *La théologie comme science au XIII^e siècle*, Paris 1969; e S. PINCKAERS, *Le renouveau de la morale*, Tournai 1964.

¹³¹ Exemplificamos com algumas obras que tratam de vários temas selectos e sublinham a perspectiva dinâmica que tem de estar presente na renovação da Teologia Moral: P. ANCLAUX-F. D'HOOGH-J. GHOOS, *Le dynamisme de la morale chrétienne*, 2 vols., Gembloux 1969; R. COSTE, *Une morale pour un monde en mutation*, Gembloux 1969; B. FORCANO, *Caminos nuevos de la moral*, Valencia 1971; e J.-M. AUBERT, *Morale sociale pour notre temps*, Paris 1971.

¹³² Assim, as de C. Spicq e R. Schnackenburg acima mencionadas na nota 128, e as de M. Spanneut e P. Christophe citadas na nota 129.

¹³³ Quase todas as que referimos no elenco bibliográfico destas notas.

¹³⁴ Compreensivelmente, nem todas conseguem ainda reflectir com justeza o espírito e as intenções do Concílio. Nalgumas ressalta uma certa intolerância; noutras, a tendência irenista. A renovação adequada promovida pelo Vaticano II obriga a evitar todos os extremismos.

¹³⁵ Manifesta esta tendência, por ex., a obra de vários teólogos americanos intitulada *Absolutes in Moral Theology?*, Washington 1968.

¹³⁶ Sucede isto frequentemente com as edições das actas de semanas e congressos em que participaram activamente pensadores de vários credos ou mesmo ateus. Em relação a T. Moral, cf., por ex., a obra *Morale humaine morale chrétienne. Semaine des Intellectuelles catholiques 1966*, Paris 1966.

ecuménicas, as editoras católicas estão divulgando valiosas obras de irmãos separados¹³⁷.

Além da renovação em si mesma e de suas implicações gerais, os temas preferidos dos teólogos moralistas poderão reduzir-se aos seguintes: o homem chamado a seguir a Cristo, em sua unidade substancial de corpo e alma (espírito encarnado), como pessoa (ser individual e comunitário), em sua dignidade e historicidade; a liberdade humana como dom e conquista, como princípio de responsabilidade e perfectibilidade, em suas limitações intrínsecas e suas manipulações extrínsecas; a consciência como norma próxima e decisiva das opções morais, capaz de formação e refractária a ingerências prepotentes, em suas relações com a lei e a situação; o pecado como trágico «não» ao apelo de Cristo, em sua dimensão vertical e horizontal, em perspectiva bíblica e psicológica, e a conversão como gaudioso e condizente «sim» à vocação cristã, em sua estrutura sacramental, desde o Baptismo e Penitência até à maturidade cristã pela vida teologal e eucarística; a caridade como dom, vida e fruto do Espírito Santo, como essência da vida cristã e alma de todas as relações humanas em Cristo; a fé como adesão pessoal à Pessoa de Cristo e ao Deus Pessoal por Ele revelado; a esperança não só como prospecção das realidades futuras que nos estão prometidas mas também como antecipação e vivência dessas realidades eternas nos compromissos temporais; a justiça como medianeira da caridade e factor de progresso e de paz; a religião como alvo da contestação hodierna, em sua essência imutável, em suas expressões transitórias e em suas deformações mais ou menos conscientes e degradantes; o trabalho em todo o seu valor pessoal, comunitário e religioso; a sexualidade como dom e virtude, como factor e índice de maturidade, como dinamismo presente e actuante no discernimento e realização das vocações específicas; a emancipação da mulher e a complementaridade dos sexos na realização das tarefas sociais e eclesiais; o matrimónio e a família em sua dignidade e missão; o papel do amor no matrimónio e na família; a indissolubilidade e a ruptura do matrimónio; o crescimento demográfico e a regulação dos nascimentos; os direitos e os deveres cívicos nas comunidades políticas evoluídas e os deveres destas para com as subdesenvolvidas; a autoridade e a obediência como modalidades de serviço comunitário; o progresso e a paz; a colaboração internacional; a violência

¹³⁷ Assim, várias editoras católicas têm divulgado, certamente com assinalado êxito, as obras de K. Barth, D. Bonhoeffer, O. Cullman, R. Bultmann, J. A. T. Robinson, etc.

das estruturas, da revolução e da repressão; a manipulação dos genes, a eugenia, o aborto e a eutanásia; a transplantação de órgãos e as experiências em seres humanos; o alcoolismo, as drogas e a poluição; a psicoterapia, sobretudo pela psicanálise; a virgindade e o celibato como caminhos de seguimento de Cristo e serviços ao Reino e ao mundo; sentido e destinação universais dos bens materiais; justiça e injustiça na posse e uso dos bens temporais; o bem da cultura e os direitos e deveres com ela relacionados¹³⁸.

Adveio já inegável enriquecimento à Teologia Moral com o estudo minucioso e actualizado destes temas e de muitos outros neles implicados. Devemos, porém, advertir que nem todas as conclusões são necessariamente normativas e de valor prático imediato; muitas vezes, devem olhar-se apenas como resultados de investigação e reflexão que nos permitem conhecer melhor os diversos problemas morais e contarão certamente como elementos de futuras soluções mais válidas e decisivas.

Tarefas mais urgentes da Teologia Moral pós-conciliar

Podemos reduzir a seis as tarefas mais urgentes da Teologia Moral depois do Vaticano II: assimilar ainda mais profundamente o espírito e as orientações conciliares; cultivar-se em perspectiva personalista tão grata aos homens de hoje; definir-se como existencial à luz do Evangelho e dos restantes princípios e critérios da ordem moral; incentivar o *são* ecumenismo pelo diálogo sobre os problemas morais; impregnar de amor e fraternidade a socialização que tende a impor-se cada vez mais; e congregar a fidelidade a Deus e a fidelidade ao mundo na secularização contemporânea.

1) *Fidelidade ao Concílio*. Primeiro que tudo, a Teologia Moral deve prosseguir no esforço de assimilar cada vez mais o espírito e as orientações conciliares, a fim de se enriquecer de unção e conteúdo bíblicos e de zelo e sentido pastorais; de revelar mais eloquen-

¹³⁸ Na impossibilidade de referir aqui, para cada um destes temas, toda a bibliografia, e mesmo até a principal, que, depois do Concílio, tem sido publicada nas diversas línguas, remetemos o leitor para os elencos bibliográficos que muitas revistas oferecem aos leitores uma vez por ano (geralmente no último número ou fascículo). Aconselhamos os elencos bibliográficos das revistas «*Ephemerides Theologicae Lovanienses*» da Universidade Católica de Lovaina e «*Selecciones de Teología*» da Faculdade de Teologia de San Cugat del Vallés — Barcelona.

temente a dignidade do homem chamado a seguir a Cristo e os deveres implicados em tão excelsa vocação; de estimular a vida de perfeição a que todos os discípulos de Cristo estão obrigados; de revelar a caridade cristã como dinamismo essencial da realização pessoal e do verdadeiro progresso do mundo; de merecer, por consequência, os predicaos que lhe outorga o Concílio e que, noutro lugar, enumerámos¹³⁹.

2) *Serviço da pessoa*. Cultivar-se em perspectiva personalista significa abandonar como insuficiente a concepção casuística. «O Concílio aceitou este postulado e exige uma moral distinta da casuística... Não se trata de condenar a moral casuística; trata-se sim, de encontrar novo tipo de moral que se adapte melhor ao nosso tempo. Embora reconhecendo os méritos da moral casuística, não se pode deixar de afirmar os seus defeitos e sua insuficiência para ser a moral de nosso tempo. Seu tom excessivamente legalista e jurídicista, seu carácter extrínsecista, seu escasso sentido da historicidade do homem..., sua deficiente fundamentação nas motivações morais, sua exagerada separação da Dogmática e sua união excessiva ao Direito, seu tom demasiadamente clerical e seu destino particular para os confessores, são características que fazem da moral casuística uma moral insuficiente para o nosso tempo e que não realiza as qualidades que o Concílio pede à Teologia Moral...»¹⁴⁰.

Significa, em segundo lugar, que se deve tornar mais doutrinal e indicativa, confiando na liberdade e responsabilidade das pessoas. Embora reconhecendo a Deus como princípio e fim do agir, a Teologia Moral tem sido influenciada pelo imperativo categórico kantiano, aparecendo mais como moral da vontade que do ser. «A moral do indicativo é a moral da *consequência*. Não é algo de rígido, exterior, de carácter chocante como o 'imperativo'. O indicativo moral não é simplesmente exortativo nem optativo: é um *indicativo obrigante*. Mas a obrigação provém do interior. A moral cristã supõe o dom de Deus; desse dom nasce o compromisso moral cristão. É 'Evangelho' (graça-dom) antes de ser 'Lei' (compromisso-dever)»¹⁴¹. Esta realidade encontra-se bem explicitada na S. Escri-

¹³⁹ Cf., acima., p. 282-285.

¹⁴⁰ M. VIDAL, *Nuevos enfoques y orientaciones en la moral*, em *Moral y hombre nuevo. Congreso de teología moral*, Madrid 1969, p. 53; cf. tb. J. FUCHS, *Le renouveau de la théologie morale selon Vatican II*, p. 53-55; e R. SIMON, *Nouvelles orientations de la morale chrétienne*, em «Supplément de la Vie Spirituelle» n. 87 (1968) 470-481.

¹⁴¹ M. VIDAL, *art. e o. cit.*, p. 54s.

tura e foi lapidariamente enunciada por S. Paulo: «Se vivemos pelo Espírito, caminhemos segundo o Espírito» (Gál. 5, 25) e no aforismo escolástico *agere sequitur esse*¹⁴².

Significa também que, em seu aspecto e função normativas, nunca deve perder de vista a pessoa que lhe compete servir. A lei é feita para o homem e não o homem para a lei (cf. Mc. 2, 27). A moral legalista e, sobretudo, o moralismo à base de injunções e observâncias externas não revelam nem protegem convenientemente o diálogo interpessoal e escondem defeitos graves, como o casuismo, a escurpulosidade e o fariseísmo. A lei interior e a interioridade de vida são características essenciais da moral cristã. Lei interior é, em primeiro lugar, o Espírito de Cristo e o Seu amor; depois todo o espírito e amor presentes no estabelecimento e observância de quaisquer outras leis capazes de inspirar e impulsionar o homem na resposta à vocação cristã. Só a lei interior ou interiorizada é princípio de liberdade e crescimento pessoais. Embora a proclamação e vivência desta verdade possa implicar riscos (imprecisão, subjectivismo, libertinagem), a concepção legalista e extrínsecista da moral comporta outros não menores: além dos já acima apontados, também infantilismo, rotina e minimalismo. De resto, a moral que proclama corajosamente como leis fundamentais o Espírito e o Amor, e exige a presença dessas realidades em quaisquer outras normas, e luta pela revogação ou substituição das leis mortas, corresponde ao Evangelho e satisfaz as ânsias de autenticidade e realismo dos homens de hoje¹⁴³.

Na dimensão personalista da Teologia Moral está ainda implicado o seu carácter dinâmico como ciência do crescimento contínuo na imitação ou seguimento de Cristo. A visão dinâmica da moral deve reflectir-se na proposta de um ideal de perfeição ilimitada, cujo termo de referência é a absoluta perfeição de Deus (cf. Mt. 5, 48). Na medida em que a Teologia Moral assimilar o conteúdo do sermão da montanha e souber interpretar o radicalismo dos preceitos e exortações morais de Jesus, recusará certamente o minimalismo e imobilismo como antíteses do ideal cristão, embora, por outro lado, na esteira de Jesus, reclame compreensão e condescendência para com os pecadores¹⁴⁴.

¹⁴² Cf. J. FUCHS, *Le renouveau de la théologie morale selon Vatican II*, p. 11.

¹⁴³ Cf. M. VIDAL, *art. e o. cit.*, p. 56.

¹⁴⁴ Cf. *id.*, *art. e o. cit.*, pp. 58-60.

O personalismo moral exige também que os actos humanos e morais se interpretem à luz das atitudes e sobretudo da opção fundamental da pessoa. Confirma a moderna antropologia que os actos, além de não exprimirem a totalidade da vida moral, devem valorar-se na linha dos sentimentos, das atitudes e, principalmente, da opção fundamental, que, uma vez tomada, e enquanto não retratada, qualifica decisivamente todo o comportamento moral posterior. «Apenas o acto que provém e está substancialmente penetrado da pessoa enquanto dispõe efectivamente de si mesma e exercita a opção fundamental da sua vocação em Cristo é acto moralmente grave — ou seja, que justifica ou condena»¹⁴⁵.

Ainda em nome do personalismo cristão, a Teologia Moral deverá rever a escala das motivações morais à luz do Evangelho, dando lugar de honra às da caridade sob as formas concretas de gratidão filial, de generosa entrega ao serviço do Reino de Deus, de fiel seguimento de Cristo, de comunhão fraterna, pois elas contêm e superam as motivações de tipo individualista (o meu bem espiritual, a minha salvação) e sancionista (prémio e castigo)¹⁴⁶.

3) *Valorização do «κατὰ»*. Definir-se como *existencial* significa valorizar a existência individual e as situações concretas de cada um no quadro de todos os restantes elementos da ordem moral.

Já vimos como algumas éticas existencialistas e certas correntes teológicas protestantes estavam na origem da moral de situação radical a que a Igreja Católica opôs fundadas reservas¹⁴⁷. De facto, era incompleta e unilateral. Sublinhando incontestáveis valores pessoais, deixava na penumbra, ou simplesmente relegava, outros (comuns e objectivos) que também são imprescindíveis no agir moral, ao menos como princípios e critérios da formação de consciência. Porém, devemos confessar que a ética de situação extremista nos chama a atenção para valores reais nem sempre devidamente apreciados na moral recentemente ensinada na Igreja Católica. Serão, pois, de aproveitar esses valores positivos e de os integrar

¹⁴⁵ J. FUCHS, o. cit., p. 59; cf. tb. M. FLICK-Z. ALSZEGHY, *L'opzione fondamentale della vita morale e la grazia*, em «Gregorianum» 41(1960)593-619; S. DIANICH, *La corruzione della natura e la grazia nelle opzioni fondamentali*, em «Scuola Cattolica» 92(1964) 203-220; R. CANALES, *Opción fundamental y vida moral*, em «Proyección» n. 62 (1968) 281-288.

¹⁴⁶ Cf. B. HAERING, *A moral depois do Concílio*, p. 95; e M. VIDAL, art. e o. cit., p. 65.

¹⁴⁷ Cf., acima, p. 280.

na Teologia Moral renovada. Isto será mais fácil e seguro se tivermos a coragem de rever à luz do Evangelho posições há muito conquistadas na concepção até há pouco corrente da Teologia Moral e de acolher gratamente alguns dados e categorias do existencialismo e personalismo cristãos que podem ajudar na compreensão e transmissão da mensagem moral cristã ¹⁴⁸.

Poderão reduzir-se a três as grandes linhas ou coordenadas de uma moral de situação eminentemente evangélica e cristã: considerar a situação como apelo de Deus; agir em situação respeitando e observando as normas universais; e pessoalizar a resposta na situação.

Referida imediatamente ao homem, a situação é o mundo próprio de cada indivíduo, a totalidade de sua existência pessoal e do meio ambiente que, momento a momento, solicita a vontade para determinada escolha. Compreende, pois, as condições físicas e psicológicas da pessoa: saúde, temperamento, carácter; as suas disposições actuais: optimismo, desânimo, fadiga, etc.; o seu nível intelectual e moral: concepção da lei, da virtude, do pecado, o grau de vida teologal, etc.; os dados sociais: família, profissão, confissão religiosa, situação económica, etc.; e as circunstâncias espaço-temporais: região, época em que vive, etc. ¹⁴⁹.

Em perspectiva bíblica, situação equivale ao *καιρὸς*, ao *tempus acceptabile*, à hora de graça e de salvação que Deus concede ao homem para se realizar plenamente (cf. 2 Cor. 6, 2; Is. 49, 8; Rom. 13, 11). É, portanto, ininterrupto apelo ou interpelação incessantemente renovada de Deus ao homem, que as verdades da criação e providência divinas confirmam e proclamam.

A criação é, de facto, uma realidade actual. A todo o momento Deus continua a dirigir seu *fiat* ao Universo. Nosso ser e nossa situação, cada uma das situações de nossa existência, são dádiva de Seu amor. A acção característica de Sua Providência consiste em tornar os acontecimentos, todos os sinais dos tempos, portadores de graça, mesmo quando aparentemente neutros ou hostis. Já que Ele dispôs todas as coisas em vista da salvação por Cristo, nada sucede no

¹⁴⁸ Cf. F. BOECKLE, *Existentialethik*, em *Lexicon für Theologie und Kirche* III, 1301-1304, e *Ley o conciencia*, Barcelona 1970, p. 90; B. HAERING, *A moral depois do Concílio*, p. 53ss; J. FUCHS, *Le renouveau de la théologie morale selon Vatican II*, p. 92-94; M. VIDAL, *art. e o. cit.*, p. 62. Precioso, sem dúvida, o contributo de autores e obras, como J. MOURoux, *Sens chrétien de l'homme*, Paris 1945; *La liberté chrétienne*, Paris 1945; *L'expérience chrétienne*, Paris 1945; *Le mystère du temps*, Paris 1945; J. LACROIX, *Personne et amour*, Paris 1936; E. MOUNIER, *Le personalisme*, Paris 1950; e outros autores e obras citadas na nota 105.

¹⁴⁹ Cf. J. GOFFINET, *Morale de situation et morale chrétienne*, p. 44; e E. SCHILLEBEECKX, *A ética de situação*, em *A redescoberta do homem*, Petrópolis 1970, pp. 150-153.

Universo que não tenha sentido providencial. Cada situação será, pois, para o crente, revelação, interpelação e apelo de Deus¹⁵⁰.

Quanto à função das normas ou leis na situação, devemos afirmar que, embora cada situação deva ser vivida como única e irrepetível, nenhuma situação goza de singularidade absoluta. Estão implicadas nelas a consciência e a liberdade individuais do homem adulto e responsável. Porém, nenhum indivíduo existe e se realiza a si mesmo e por si mesmo. Participa da natureza de outros e vive em comunhão com os semelhantes para se poder realizar como pessoa. Cada um de nós individualiza sem esgotar uma essência universal que está presente nas situações concretas de cada um, alumando a consciência para a recta compulsão da liberdade. Teremos, pois, de admitir a natureza humana e a lei natural como norma ou lei geral válida para todos (universal). Negá-la ou remetê-la para a periferia da vida moral será contrariar a razão e empobrecer a própria economia cristã. Também a lei evangélica, e até certo ponto todas as leis humanas que rectamente explicitam as leis da natureza e da graça, condensam e revelam um valor geral com implicações comunitárias. No entanto, a par da transcendência e imutabilidade essencial, as leis natural e evangélica (das leis humanas positivas nem é preciso falar) caracterizam-se também pela imanência e historicidade: exprimem e protegem a verdade do homem tal como existe em cada época da história e em cada situação concreta. Na história da salvação, a lei natural é apresentada com sensíveis diferenças correspondentes à sucessão dos estados da natureza humana (original, decaída e redimida). Na história da humanidade são notórias as adaptações nos domínios da política, da economia e da cultura. Na história individual, são frequentes as variações dos meios para atingir o mesmo fim¹⁵¹.

A situação e as situações de cada um, enquanto originais e irreiteráveis, solicitam do homem respostas equivalentes. Criado, redimido e santificado a cada momento, conhecido e reconhecido pelo seu nome (cf. Apoc. 2, 17), segundo a originalidade de seu ser e no recôndito mais íntimo de sua pessoa, o homem é interpelado por Deus com amor e exigência não só através das leis universais, mas principalmente pela lei interior do Espírito e da Caridade. A resposta pessoal condigna consistirá em superar as exigências

¹⁵⁰ Cf. J. GOFFINET, *o. cit.*, pp. 45-52.

¹⁵¹ Cf. J. GOFFINET, *o. cit.*, pp. 52-69; e F. BOECKLE, *o. cit.*, pp. 83-90; e tb. adiante, p. 310.

mínimas das leis e dos conselhos gerais objectivos para assumir um compromisso de amor e serviço totalmente empenhativo. «A verdadeira moral católica que presta suma atenção ao *καιρὸς*, isto é, à situação própria do momento, distingue-se da falsa moral de situação principalmente pelas seguintes características: 1. Pela clara insistência em que o apelo de cada momento, do *καιρὸς*, nunca reclama ficar aquém no essencial da lei geral, mas impele a ir além do limite ínfimo do preceituado; 2. Pelo conhecimento claro que todos os dons individuais da graça são considerados à luz da solidariedade na salvação; 3. Pelo rigoroso exame da liceidade do motivo e da responsabilidade perante a comunidade quando se trata de proceder segundo a exigência da situação»¹⁵².

De resto, para evitar ilusões e erros no discernimento do apelo de Deus e na consequente resposta do homem em cada situação, serão de ter em conta todos os critérios da ordem moral que podem contribuir para a recta formação da consciência e influir na rectidão do agir moral. Referimo-nos principalmente à presença e actuação do Espírito de Verdade que nos recorda o que Cristo ensinou (cf. Jo. 14, 26), quer por Seu conselho e sabedoria no interior das almas, quer mediante a prometida assistência ao Magistério que, em matéria de fé e costumes, nos compete ouvir como ao próprio Cristo (cf. Lc. 10, 16); e, ainda, à prudência e arte no discernimento dos espíritos e direcção das almas que os dados das sãs psicologia e pedagogia ajudam a aperfeiçoar¹⁵³.

4) *Solicitude ecuménica*. O ecumenismo, como sinal dos tempos promissor de unidade e fecundidade da Igreja de Cristo, terá de ser apoiado e promovido nos domínios da Teologia Moral pela recíproca comunicação de perspectivas éticas na vivência da mensagem cristã e pelo diálogo fraterno sobre os pontos doutrinários em que se notam divergências acaso exageradas por polémicas de antanho.

O Vaticano II enumera as disposições morais que devem cultivar os intervenientes no *são ecumenismo* a fim de que se não converta em falso irenismo: conversão interior, humildade, abnegação, docilidade a Cristo e ao Seu Espírito, oração, caridade fraterna expressa em perdão mútuo e franca colaboração no estudo da disciplina e doutrina, de modo a tornar mais transparente e acessível a substância

¹⁵² B. HAERING, *La Ley de Cristo*, I, Barcelona 1968, pp. 353-354.

¹⁵³ Cf. J. GOFFINET, *o. cit.*, pp. 69-78.

da Boa Nova de Cristo que deve permanecer imutável¹⁵⁴. Indica também o método de acção: partir das verdades comuns para superar as divergências reais ou aparentes. Constitue património comum às diversas igrejas cristãs a fé em Deus Uno e Trino e na divindade de Cristo, o apreço da dignidade humana, a acção apostólica e social, a inspiração cristã das letras e das artes¹⁵⁵.

A Teologia Moral poderá enriquecer-se, fazendo ressaltar no seu conteúdo valores particularmente caros às igrejas não católicas. Por exemplo, a Igreja Oriental oferece-nos o testemunho de profunda vivência litúrgica centrada na Eucaristia e exteriormente assinalada no esplendor cultural, de fidelidade à Tradição e de sentido colegial nas responsabilidades eclesiais; os protestantes edificam-nos pelo seu cristocentrismo, veneração da Escritura, apreço da fé, sentido da justiça e da caridade¹⁵⁶.

Há, no entanto, questões de Teologia Moral em que as divergências entre católicos e protestantes são ainda muito acentuadas. Estão neste caso as questões do valor da lei natural e de sua relação a Cristo, do significado das normas éticas do Novo Testamento e do alcance da historicidade do homem e relatividade das leis morais, que já insinuámos ao falar da moral de situação¹⁵⁷.

Ao sublinhar a originalidade da moral de Jesus, a teologia protestante nega o valor perfectivo e salvífico das éticas consideradas simplesmente humanas e não encontra razões para admitir depois de Cristo uma ordem criada com sua lei natural. Parece-lhe que, na economia cristã, só a lei evangélica é verdadeira norma do agir humano¹⁵⁸. Porém, completariámos nós, nada obsta, na revelação, que se considerem referidas a Cristo e, portanto, sejam de alguma maneira cristãs, as éticas pagãs tanto anteriores como posteriores a Cristo, no que têm de razoável, de honesto e de digno,

¹⁵⁴ CONC. VATICANO II, Decreto *Unitatis redintegratio*, n. 7-8 e 11.

¹⁵⁵ *Id.*, *ib.*, n. 12.

¹⁵⁶ *Id.*, *ib.*, n. 14-23. F. BOECKLE, *Ley o conciencia?*, p. 9, observa que, no âmbito da ética cristã, a experiência revela que «em muitas questões práticas da vida moral coincidimos uns com os outros; as grandes atitudes fundamentais que o Novo Testamento exige do crente são investigadas e pregadas em todas as igrejas».

¹⁵⁷ Para um enunciado comparativo do que nos une e do que nos separa nestas e noutras questões relativas à consciência, à autoridade, à liberdade, à lei, ao amor, ao objectivo e subjectivo, ao absoluto e ao relativo, ao universal e ao concreto, podem útilmente consultar-se, pela parte protestante, J. A. T. ROBINSON, *Christian morals today*, London 1964; e, pelo lado católico, F. BOECKLE, *Gesetz und Gewissen*, Luzern 1963; obras que temos citado na versão espanhola.

¹⁵⁸ Cf., acima, p. 277; e F. BOECKLE, *Ley o conciencia?*, pp. 13-26.

e igualmente a lei (natural) que revela e protege a vocação que nos é comum a todos ¹⁵⁹.

Por outro lado, nem todos os cristãos reconhecem valor perene e universal às normas éticas, incluindo as evangélicas. Quando muito, admitem como único absoluto do Evangelho o amor ¹⁶⁰. Diríamos aqui também que, embora toda a Lei de Cristo se possa reduzir ao amor (cf. Rom. 13, 10), a perenidade e o primado do amor projectam-se em todas as demais normas éticas que Cristo explicita ou implicitamente promulgou com Seu exemplo e doutrina ¹⁶¹.

Quanto à historicidade do homem e relatividade das leis, certamente o homem é um ser histórico condicionado pelo tempo e pelo espaço. A sua historicidade leva a pôr em questão o carácter permanente da moral que o define e ampara. Fala-se em «moral provisória» e em «moral do provisório» ¹⁶². Quando, com estas expressões, se pretende afirmar que nem todas as normas de agir, designadamente as humanas, gozam da prerrogativa da imutabilidade e, mais ainda, que nem sempre a moral cristã oferece respostas únicas concretas para os problemas de cada época e que, muitas vezes, não pode dar mais que uma resposta (a melhor, todavia, *hic et nunc*) entre outras, nada há a objectar do ponto de vista católico ¹⁶³. É a partir do carácter histórico do homem e da sua moral que se deve interpretar e compreender a evolução e sucessão de muitas normas éticas. Por exemplo, no âmbito da caridade, a lei da intolerância, depois, a da tolerância, e, finalmente, a da colaboração pluralista e ecuménica; no domínio da justiça, a substituição da usura pelo empréstimo a juros, a permissão da escravidão, o regime da servidão e a fórmula da co-gestão e propriedade; no terreno das leis eclesiásticas, a segregação do mundo e a integração no mundo vigentes em determinadas épocas como processos pedagógicos de adequada formação sacerdotal.

Se, ao contrário, «moral provisória» quer significar arbitrariedade ou relativismo moral, necessariamente incapaz de afirmar e

¹⁵⁹ Cf., acima, p. 291 e s.; e F. BOECKLE, *o. cit.*, pp. 26-34; e *Temas mais urgentes da Teologia Moral para a pregação de hoje*, em «Concilium» (1968, n. 3) 68 ss; e J. BLANCK, *Considerações sobre o problema de «normas de ética» no Novo Testamento*, em «Concilium» (1967, n. 5) 10-22.

¹⁶⁰ Cf. a posição protestante de J. A. T. ROBINSON, *Um Deus diferente. Honest to God*, Lisboa 1967, cap. VI, dedicado à «nova moral», e *Moral cristiana hoy*, Barcelona 1967, pp. 35-53; e a posição protestante comparada com a católica em F. BOECKLE, *Ley o conciencia?*, pp. 26-35.

¹⁶¹ Cf. F. BOECKLE, *o. cit.*, p. 33; e J. BLANCK, *art. cit.*, em «Concilium» (1967, n. 5) 13.

¹⁶² Cf. R. SIMON, *Nouvelles orientations de la morale chrétienne*, em «Supplément de la Vie Spirituelle» 87(1968) 58.

¹⁶³ Cf. I. LOBO, *Para uma moral no sentido da história. A condição e a renovação da moral* em «Concilium» (1967, n. 5) 23-42.

proteger a verdade original e comum do homem chamado em seguimento de Cristo, e sujeito, portanto, da lei natural e evangélica, ela deveria ser deposta como menos digna do homem e do cristão ¹⁶⁴.

Há, portanto, vasto campo para o diálogo ecuménico em Teologia Moral. Nalguns pontos, as divergências serão mais aparentes que reais; noutros, a unidade de interpretação será mais difícil de conseguir, pois depende da aceitação bilateral de determinadas premissas dogmáticas (da aceitação, por exemplo, da existência do magistério da Igreja e do reconhecimento de sua competência em matéria de fé e costumes).

5) *Sentido comunitário*. A socialização é outro sinal do nosso tempo que a Teologia Moral não pode ignorar nem simplesmente constatar, mas sim valorar convenientemente e favorecer em seus válidos aspectos de comunhão e serviço.

Como «fenómeno da interdependência dos diversos grupos humanos e da participação de todos os homens nas mesmas responsabilidades colectivas» ¹⁶⁵, a socialização proclama os valores originários da criação e redenção, principalmente o amor e fraternidade entre os homens. «A moral cristã não pode contentar-se em repetir as teses escolásticas sobre o amor ao próximo e a casuística posterior correspondente. As relações humanas apresentam hoje em dia uma problemática e uma forma de relações sociais absolutamente novas nos diferentes níveis psicológico, económico, cultural e religioso» ¹⁶⁶.

A socialização tende a abarcar todos os domínios e níveis da convivência e actividade humanas. O individualismo nunca teve lugar na economia da salvação. Porém, nem sempre a história dos homens e a vida de cada um escapam ao seu influxo maléfico; tem-se reflectido inclusivamente na formulação da própria doutrina moral. Uma vez que o homem moderno é peculiarmente sensível aos valores pessoais e comunitários, a Teologia Moral deverá apro-

¹⁶⁴ Contra o perigo do relativismo em Teologia Moral, cf. a alocução de Paulo VI ao capítulo geral dos redentoristas de 1967 (texto em «L'Osservatore Romano» de 24-9-1967). Para estimular à fuga desse perigo, resumira e lembrara o mesmo Sumo Pontífice aos teólogos reunidos em Roma, em Setembro de 1966, a orientação do Vaticano II: «O Concílio exorta os teólogos a desenvolver uma teologia que seja ao mesmo tempo pastoral e científica; que se mantenha intimamente ligada às fontes patrísticas, litúrgicas e especialmente bíblicas; que respeite a autoridade docente da Igreja e, de maneira particular, do Vigário de Cristo; que se refira à humanidade como esta é vivida na actualidade histórica concreta» (texto do discurso em «L'Osservatore Romano» de 26/27-9-1966).

¹⁶⁵ I. LOBO, *art. cit.*, em «Concilium» (1967, n. 5) 38. Cf. tb. F. BOECKLE, *art. cit.*, em «Concilium» (1968, n. 3) 71-74; e M. VIDAL, *art. e o. cit.*, pp. 74-76.

¹⁶⁶ I. LOBO, *art. cit.*, em «Concilium» (1967, n. 5) 39.

fundá-los e expô-los desenvolvidamente, tornando-se ela mesma uma ética comunitária e solidarizante. O Concílio propõe-lhe este rumo quando a define como ciência da vocação cristã e da consequente obrigação de dar frutos na caridade para a vida do mundo ¹⁶⁷; e, mais claramente ainda, quando proclama: «A profunda e rápida transformação da vida exige com suma urgência que ninguém, por despreocupação frente à realidade ou por pura inércia, se conforme com uma ética meramente individualista» ¹⁶⁸. Nesta linha e com a preocupação de manter os homens e as instituições abertos e vigilantes perante o mundo em acelerada mutação, alguns pensadores cristãos elaboram os primeiros tratados de renovada e discutida «teologia política» ¹⁶⁹.

A Teologia Moral deverá, pois, impregnar-se de tonalidade e sentido comunitários para anunciar que «o dever de justiça e caridade se cumpre mais e mais contribuindo cada qual para o bem comum segundo a própria capacidade e a necessidade alheia, promovendo e ajudando as instituições tanto públicas como privadas, que sirvam para melhorar as condições de vida do homem» ¹⁷⁰; para lembrar que, «segundo as diversas regiões e a evolução dos povos, podem entender-se de modo diverso as relações entre a socialização e a autonomia e o desenvolvimento da pessoa» ¹⁷¹; e para advertir contra inevitáveis fracassos quando a socialização não integra harmoniosamente o progresso material, a maturidade da pessoa humana e as relações verdadeiramente pessoais entre os homens ¹⁷².

Dos vários problemas que lhe compete ajudar a resolver em perspectiva e sentido comunitários, avultam o menosprezo das leis em geral, a sonegação de impostos justos, as normas da circulação e higiene, a discriminação racial, as injustiças na posse e uso dos bens materiais, a violência, o erotismo, a toxicomania, o apelo à utopia como pretexto para fugir às tarefas concretas, o abuso das chamadas

¹⁶⁷ CONC. VATICANO II, Decreto *Optatum totius*, n. 16. Cf., acima, p. 282.

¹⁶⁸ *Id.*, Constit. *Gaudium et Spes*, n. 30.

¹⁶⁹ Assim, J. B. METZ, *O problema de uma teologia política*, em «Concilium» (1968, n. 6) 385ss; e «*Politische Theologie*» in der Discussion, na obra *Diskussion zur Politische Theologie*, Mainz-München 1969, pp. 267-301; e J. MOLTSMANN, *Theologie der Hoffnung*, München 1966; A. BIELER, *Une politique de l'espérance*, Paris 1970. Crítica a concepção de teologia política de Metz e da «teologia da esperança» de Moltmann C. Pozo em J. DANIELOU-C. POZO, *Iglesia y secularización*, Madrid 1971, p. 87-143.

¹⁷⁰ CONC. VATICANO II, Constit. *Gaudium et Spes*, n. 30. Cf. B. KLOPPENBURG, *O cristão secularizado*, Petrópolis 1970, pp. 171-184.

¹⁷¹ CONC. VATICANO II, *ib.*, n. 75.

¹⁷² *Id.*, *ib.*, n. 6.

«denúncias proféticas» sem conversão pessoal e humilde colaboração na obra de renovação social¹⁷³.

6) *Atenção à secularização*. Também o fenómeno da secularização, que inspirou à «teologia radical» ou «da morte de Deus» interpretação pouco consentânea com a verdade do homem e o testemunho da história¹⁷⁴, deve merecer a atenção da Teologia Moral.

O homem contemporâneo verifica mudanças profundas à sua volta e em seu próprio mundo pessoal. Experimenta nova situação e reage diversamente perante coisas e pessoas. Pensa que é chegada a hora de dominar a terra como senhor adulto e responsável sem necessidade de pedir e esperar de Deus o que a ciência e a técnica lhe têm vindo progressivamente facultando. O que antes era julgado impossível agora ou já é possível ou considera-se que o será dentro em pouco. A sociedade e a cultura afastam-se da tutela das instituições religiosas e da influência do sagrado. Reconhece-se às realidades terrestres consistência própria, e ao homem, dignidade e autonomia incontestáveis¹⁷⁵.

Ressalta a ambiguidade do fenómeno e processo de secularização. Enquanto conversão ao mundo sem aversão ou exclusão de Deus, é de louvar e promover; enquanto afirmação do homem com exclusão de Deus (melhor se dirá, neste caso, secularismo), ofende claramente os dados da fé e os postulados do bom senso. Em complemento à doutrina da «morte de Deus», poderá cair-se na tentação de despojar a moral de sua origem divina e sentido sagrado e proclamar o homem como ser totalmente livre e único protagonista da sua história.

Se alguma vez a moral cristã se formulou na perspectiva de um Deus arbitrário e prepotente que se impõe e sobrepõe à liberdade humana e à consciência individual sem razão e finalidade acessíveis ao entendimento humano, justamente se dirá que esse Deus (essa

¹⁷³ *Id.*, *ib.*, n. 30; e PAULO VI, Carta apostólica *Octogesima adveniens*, de 14-5-1971, sobre as necessidades novas de um mundo em transformação.

¹⁷⁴ Sobre os teólogos e a teologia da «morte de Deus» de Altizer, Hamilton, Vahanian, Van Buren, H. Cox, etc., cf. J. BISHOP, *Les théologiens de «la mort de Dieu»*, Paris 1967; V. CAMPS *Los teólogos de la muerte de Dios*, Barcelona 1968; e CH. N. BENT, *O movimento da morte de Deus*, Lisboa 1968.

¹⁷⁵ CONC. VATICANO II, *Constit. Gaudium et Spes*, n. 4 e 54. Cf. tb. J. DANÉLOU-C. POZO, *Iglesia y secularización*, Madrid 1971; B. KLOPPENBURG, *O cristão secularizado*, Petrópolis 1970; C. VAN OUWERKERK, *Secularidade e ética cristã*, em «Concilium» (1967, n. 5) 82-119; L. D. PUJOLS, *Moral y secularización*, em «Documentos Omnis Terra» XIV/7, Abril 1970.

concepção de Deus) morreu, que se deve dismitologizar a moral e des-sacralizar o humano. Por outras palavras, a secularização resulta positiva quando reage contra todos os entraves pseudo-religiosos que impedem o homem de se afirmar como criatura livre e responsável na construção da cidade secular, de se empenhar no progresso da ciência e da técnica, da cultura e da civilização, de criar estruturas de convivência e solidariedade diferentes de outras mistificadas ou gastas pelo tempo, de remediar dicotomias entre alma e corpo, concepção e realização, culto e vida, etc.¹⁷⁶.

Da secularização como reconhecimento de que o homem é o único ser da criação que Deus quis por si próprio; de que todas as coisas pelo mesmo facto da criação estão dotadas de própria firmeza, verdade e bondade; de que se deve não só amar a Deus e o próximo mas também a Deus no próximo afectiva e efectivamente (portanto, com sério empenhamento na construção da cidade terrestre); de fidelidade a Deus e ao mundo de hoje — só poderão resultar benefícios¹⁷⁷. Todos os homens devem saber que as suas ocupações e preocupações terrenas são instrumentos de perfeição e que, mediante o trabalho quotidiano, ajudando-se uns aos outros a levar os respectivos fardos, se santificam e concorrem para a santificação dos outros¹⁷⁸. Esta secularização pretende apenas opor-se à alienação e processa-se, ao nível da fé, no diálogo com Deus e na comunhão fraterna entre os homens.

O alcance da verdadeira secularização pode inferir-se claramente desta página do Vaticano II: «O Concílio exorta os cristãos, cidadãos de uma e outra cidade [temporal e eterna], a cumprir com fidelidade seus deveres temporais, guiados sempre pelo espírito evangélico. Enganam-se os cristãos que, a pretexto de não termos aqui cidade permanente e de buscarmos a futura (cf. Heb, 13, 14), julgam poder descurar as tarefas temporais, não advertindo que a própria fé os obriga ao mais perfeito desempenho de todas elas, segundo a vocação pessoal de cada um (cf. 2 Tess. 3, 6-13; Ef. 4, 28).

¹⁷⁶ Cf. B. FORCANO, *Caminos nuevos de la moral*, Valencia 1971, p. 122. PAULO VI, em discurso à congregação plenária do Secretariado para os Não Crentes, de 18-3-1971, falou sobre a ambiguidade do fenómeno da secularização. Por sua vez, o Secretariado para os Não Crentes publicou uma nota datada de 10-7-1970 em que se inculcava a necessidade de instruir sólidamente os seminaristas sobre o ateísmo moderno e de os preparar para o diálogo com o mundo secularizado.

¹⁷⁷ Cf. B. KLOPPENBURG, *O cristão secularizado*, pp. 18-59; e B. FORCANO, *o. cit.*, p. 123-127.

¹⁷⁸ Cf. CONC. VATICANO II, *Constit. Lumen Gentium*, n. 34 e 41; e *Decreto Apostolicam actuositatem*, n. 19.

Não menos grave é o erro de quem julga poder entregar-se totalmente aos assuntos temporais, como se estivessem absolutamente à margem da vida religiosa, pensando que esta se reduz aos actos de culto e ao cumprimento de alguns deveres morais. Este divórcio entre a fé professada e a vida quotidiana de muitos deve ser enumerado entre os erros mais graves de nosso tempo. Os profetas do Velho Testamento já denunciaram com veemência este escândalo (cf. Is. 58, 1-12). E, no Novo Testamento, o próprio Jesus Cristo o cominou muito mais com graves penas (cf. Mt. 3, 3-23; Mc. 7, 10-13). Portanto, não se criem oposições artificiais entre as ocupações profissionais e sociais por um lado e a vida religiosa por outro. O cristão, que falta a suas obrigações temporais, falta a seus deveres para com o próximo e para com o próprio Deus e arrisca a salvação eterna»¹⁷⁹.

Inspirando-se nestas palavras do Concílio e, em geral, na sua mensagem renovadora e perfectiva, a Teologia Moral saberá encontrar as linhas mestras do novo estilo de agir moral e espiritual que concilie a fidelidade ao mundo com o sentido de Deus, a construção e humanização da ordem temporal com a vivência antecipada e a posse definitiva e plena das realidades futuras.

Conclusão

Está em curso a obra de renovação preconizada pelo Concílio Vaticano II. À luz da fé, e apesar das sombras que aqui e além toldam o seu esplendor, deve olhar-se como graça extraordinária de Deus e ocasião privilegiada para a Igreja se redescobrir como sacramento universal de salvação e instrumento de comunhão fraterna entre os homens.

A renovação estende-se necessariamente à Teologia que a Igreja cultiva e ensina por especial direito e dever, pois é a ciência da salvação e meio efficacíssimo de exercer a sua missão no mundo. Deve atingir de maneira peculiar a Teologia Moral que se ocupa do ser e agir do homem chamado a seguir a Cristo, ou seja, das implicações antropológicas e existenciais da revelação.

Id., Constit. *Gaudium et Spes*, n. 43.

Mercê de vários factores, o homem progride sem cessar, embora por vezes desarticuladamente, no conhecimento de Deus, de si mesmo e do mundo; revê constantemente seus estilos de vida e cria, sem dar por isso, novas mentalidades. Por isso, a mesma verdade se lhe oferece sob diferentes aspectos nas sucessivas épocas da História e se lhe torna possível e necessário reflectir e formular em perspectivas novas a revelação, elaborando novas concepções teológicas que melhor o sirvam na realização de sua vocação.

Desde há cerca de quatro séculos e até vésperas do Vaticano II, a Teologia Moral foi sistematizada e ensinada na Igreja segundo concepção vulgarmente denominada casuística. Benemérita do contexto sócio-religioso que lhe serviu de berço, tal concepção não acompanhou com a devida solicitude o homem moderno em suas múltiplas experiências e conquistas e, por isso, se foi revelando desfasada e incapaz de lhe servir de norma e estímulo mesmo nos domínios específicos do crescimento espiritual. A concepção casuística da Teologia Moral pecava por demasiado abstracta, legalista e minimalista; por falta de verdadeiro conteúdo bíblico e teológico; por olvido da orientação perfectiva e espiritualista que os grandes padres e teólogos souberam imprimir às suas obras; por alheamento ou desconfiança em face da novidade.

O homem contemporâneo revela-se extremamente sensível aos valores da pessoa e da existência e aos aspectos concretos e dinâmicos da sua vocação e de seu comportamento. As ciências ditas humanas e sociais ajudaram-no a despertar para essas realidades que também são eminentemente bíblicas e cristãs. No âmbito da reflexão teológica, conseguiu apreender com mais nitidez a verdade da vocação universal não só à salvação mas também à perfeição. Impunha-se, portanto, a revisão do conteúdo da Teologia Moral no sentido de abranger não só o preceituado e lícito mas igualmente o aconselhado e perfeito, pois todos estes elementos pertencem inseparavelmente à boa nova da vocação cristã.

A consciência desta verdade esteve já na origem de esporádicas tentativas de renovação verificadas na segunda metade do século XIX. Tornou-se mais geral e eficiente no segundo quartel de nosso século, frutificando em sugestões e ensaios de muito valor e, não raro, em críticas severas à Teologia Moral de índole casuística. Nesses ensaios, sugestões e críticas, propunha-se e reclamava-se uma moral mais evangélica e cristã, mais refontalizada e teológica, mais antro-

pológica e concreta, mais dinâmica e perfectiva na caridade, mais fiel à Tradição global que à tradição imediatamente anterior, mais actualizada no conteúdo e no método de exposição.

O Concílio Vaticano II acolheu e orientou decisivamente todos os valores presentes nestes esforços de renovação. Ele mesmo mandou renovar a Teologia Moral, traçou-lhe as coordenadas essenciais para a adequada renovação e atribuiu-lhe como objecto e função revelar a excelsa vocação dos fiéis em Cristo e a sua obrigação de produzir frutos na caridade para a vida do mundo.

Nesta perspectiva, a Teologia Moral tem de buscar-se certos predicados que a concepção casuística estava longe de merecer. Deverá tornar-se mais cristocêntrica, pois é ciência da imitação ou do seguimento de Cristo; dialógica, já que a vida moral conhecida da revelação se processa segundo esquema de chamada (de Deus) e de resposta (do homem); eclesial, porquanto é moral dos fiéis em Cristo, isto é, de todos os que aceitam a graça e a salvação de Cristo na Igreja ou através da Igreja; «agapeística», pois a caridade, que é a essência da vida cristã, tem de ser também a sua medula; solidarizante, pelo facto de lhe competir apregoar a caridade não só como factor de realização pessoal mas também como vínculo de comunhão fraterna e vida mutuamente comunicada entre os irmãos em Cristo.

Ainda segundo as orientações conciliares, a Teologia Moral deverá buscar na Escritura alimento e espírito; no testemunho dos santos padres e teólogos, unção e doutrina; no magistério da Igreja, autenticidade e segurança; nos sinais dos tempos e situações dos homens, oportunidade de bem servir com respostas adequadas; no método científico, a seriedade e profundidade de exposição que a imponham como razoável e acessível, apesar do mistério contido nas verdades de fé.

O Concílio não se limitou a confirmar os esforços anteriormente realizados na linha de concepção mais bíblica e personalista. Com seus documentos, orientações e espírito, desafiou os teólogos a prosseguir na obra de renovação e ofereceu-lhes abundante material para a efectivar. As numerosas publicações posteriores e as opções temáticas dos seus autores já se fazem eco da voz e do estilo conciliares. O homem e a sua dignidade, a liberdade e a consciência, a lei e a situação pessoal, o pecado e a conversão, a caridade e a justiça, a religião no mundo secularizado, as diversas formas de serviço

nas várias comunidades, a coloboração internacional a todos os níveis, o respeito pela vida e os modernos atentados contra ela, a sexualidade em si mesma e enquanto realizada no matrimónio e na virgindade, as novas formas de justiça e injustiça na posse e uso dos bens materiais, a violência das estruturas, da revolução e da repressão, os direitos e deveres do homem nos domínios da verdade e da honra, são os temas predilectos dos teólogos moralistas na fase presente da renovação.

Podemos qualificar de animadores os resultados obtidos. No entanto, a obra de renovação deverá continuar ao ritmo da vida dos homens. A vocação dos fiéis em Cristo e a obrigação de frutificar na caridade para a vida do mundo podem conhecer-se ainda mais em profundidade e sob outros aspectos que sensibilizam o homem de hoje. Neste trabalho, assinalámos como tarefas actuais e urgentes da Teologia Moral a fidelidade ao espírito e às orientações conciliares, o serviço da pessoa em toda a sua dignidade humana e cristã, o apreço das situações concretas como outras tantas horas de graça e de salvação na vida do homem, a solicitude ecuménica no estudo dos problemas morais que surgem como obstáculos no caminho para a unidade dos cristãos, o sentido verdadeiramente comunitário nas múltiplas expressões da socialização hodierna, e a criteriosa análise do fenómeno da secularização, a fim de que os processos de afirmação do homem se mantenham na linha da fidelidade a Deus.

Tão vasta e profunda obra de renovação não deve ser desvirtuada pelo sensacionalismo e precipitação. O respeito, o discernimento e a prospecção são a melhor garantia do êxito que se procura.

A. PEREIRA DA SILVA